
Inspirali Educação S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Inspirali Educação S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Inspirali Educação S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Inspirali Educação S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

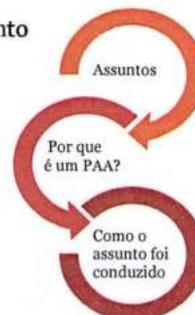
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inspirali Educação S.A. e da Inspirali Educação S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receitas e perdas esperadas em créditos (notas explicativas 4.5, 4.16, 7 e 25)

As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas advêm substancialmente de mensalidades cobradas nos cursos de graduação e pós-graduação, em formato presencial e à distância. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e nos cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses.

Há, portanto, um grande volume de transações, em valores individualmente baixos, o que requer processos robustos de cadastro, faturamento e cobrança de títulos. Além disso, essa granularidade das transações também resulta em múltiplos perfis de crédito dos alunos, cujo status e riscos associados variam de acordo com a sua condição de estudante (ativo, inativo e graduado), a forma de pagamento (cartão de crédito, boleto ou cheques) e de adimplência (com mensalidades em dia ou renegociadas). Dessa forma, a Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com objetivo de estimar o valor de provisão para perda por redução do valor recuperável de suas operações a ser reconhecida, a qual representa um percentual relevante do saldo de contas a receber em aberto.

Assim, consideramos o adequado reconhecimento de receitas e a determinação da provisão para perdas esperadas em créditos como um dos principais assuntos de auditoria, tendo em vista o grande volume de transações e a relevância dos saldos envolvidos, bem como o alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receitas compreenderam, entre outros:

- (i) o entendimento dos processos para a efetivação de matrículas, definição de tabela de preços, emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades;
- (ii) a obtenção da base de dados de mensalidades do período e, através de técnicas de auditoria auxiliadas por computador, a totalização das mesmas e o confronto com os registros contábeis;
- (iii) a realização de testes de exceção visando identificar duplicidades e a integridade do número de mensalidades reconhecidas;
- (iv) a realização de testes de liquidação de títulos para uma amostra direcionada, visando a cobertura de parcela significativa das transações de receitas realizadas no período. Somado a esse procedimento, a seleção de amostra adicional para a realização de testes de inspeção do contrato de prestação de serviço, comprovante de matrícula, documentação de identificação do aluno, registro acadêmico e comprovante de presença (inclusive aqueles matriculados por meio do FIES), além da inspeção da evidência de pagamento de determinadas mensalidades através dos créditos bancários.

Em relação à provisão para perdas esperadas em créditos, realizamos ainda o entendimento, com os responsáveis da administração, acerca dos principais critérios estabelecidos na política da Companhia e os controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, os quais têm como base a análise do contas a receber em aberto por faixas de vencimento (aging list), o status do aluno (ativo, inativo e graduado) e característica do título (mensalidade em aberto ou acordo).

Realizamos testes amostrais para conferência da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como recalculamos, com base nas premissas da administração, a estimativa para perdas ao final do exercício social.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adicionalmente, testamos as premissas da administração quanto aos percentuais de perda esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, com base nas condições de mercado atuais e levando em conta estimativas futuras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e as premissas adotados pela administração para a apuração da receita no período correto e para a determinação da provisão para perdas esperadas em créditos, bem como as correspondentes divulgações, são consistentes com as informações e documentos apresentados.

Avaliação do valor recuperável de ativos de vida útil indefinida (notas explicativas 4.10 e 15)

A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano. Esses ativos intangíveis de vida útil indefinida decorrem substancialmente de combinações de negócios realizadas e totalizam R\$ 3.844.199 mil (consolidado), sendo R\$ 2.679.090 mil registrados como ágio e R\$ 1.165.109 mil referentes a licenças.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Por esse motivo, determinamos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria.

Nossos trabalhos de auditoria incluíram, entre outros, procedimentos relacionados à avaliação da definição pela administração das unidades geradoras de caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos, em base de testes, a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa ou de receita (conforme aplicável), bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções (taxas de crescimento na perpetuidade, de receita e de gastos, taxa de desconto) mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Realizamos a análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos a leitura das divulgações.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA

Provisão para demandas judiciais (Nota explicativa 22)

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da administração, razão pela qual consideramos esse um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões.

Para determinadas causas de natureza tributária mais significativas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o apoio de nossos especialistas tributários.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.

Apuração de resultados atribuíveis aos acionistas de controlada em decorrência de acordo de acionistas (notas explicativas 2.4, 4.22 e 12)

A partir de 2021, a Ânima Holding S.A. (controladora da Companhia) implementou uma reestruturação societária com o objetivo de estratificar os resultados de suas verticais e segmentos de negócio. De forma análoga, também no nível da Companhia e como parte dessa reorganização, os segmentos passaram a ser apresentados como Educação Médica, Ex-Medicina e *Lifelong Learning*.

Como parte dessa reorganização, a controladora Ânima Holding S.A. e a Companhia passaram a deter participações na controlada VC Network Educação S.A. a qual, por sua vez, detém participação nas empresas mantenedoras das instituições de ensino que, dentre outros, possui os

Efetuamos a leitura do acordo dos acionistas da Companhia, do Estatuto Social da VC Network S.A. e do Instrumento Particular de Convênio para Apuração de Resultados de Segmento de Negócio por Sociedades Empresárias Integrantes do Mesmo Grupo Empresarial ("Instrumento de Convênio"), celebrado entre as controladas da VC Network S.A. Com base na leitura desses documentos, obtivemos o entendimento dos critérios de rateio a serem adotados na alocação do lucro líquido atribuível a cada classe de ações da VC Network S.A.

Obtivemos o relatório analítico de receitas e confrontamos com o saldo de receitas líquidas nos registros contábeis. Sumarizamos os valores atribuídos aos cursos de medicina e aos demais

Porque é um PAA

cursos de medicina.

Dessa forma, o capital social da VC Network Educação S.A. passou a se dividir em 45% de ações preferenciais de titularidade da Ânima Holding S.A. e 55% de ações ordinárias de titularidade da Companhia.

O estatuto da VC Network Educação S.A. previu ainda que aos detentores das ações preferenciais será garantida a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais) que não for oriundo dos cursos de medicina, ficando com os detentores das ações ordinárias a parcela remanescente do lucro líquido do respectivo exercício social (também após realizadas as reservas legais).

Para viabilizar a apuração das parcelas do lucro líquido a serem atribuídas aos acionistas detentores das ações preferenciais e ordinárias, foram estabelecidos critérios de rateio de despesas e receitas, os quais foram fixados contratualmente via acordo firmado entre os acionistas da Companhia. Adicionalmente, os critérios de rateio foram detalhados através de “Instrumento Particular de Convênio para Apuração de Resultados de Segmento de Negócio por Sociedades Empresárias Integrantes do Mesmo Grupo Empresarial”, celebrado entre as controladas da VC Network S.A.

Adicionalmente, Ânima Holding S.A. e a Companhia assinaram um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização, para o caso de, eventualmente, o lucro líquido passível de distribuição aos detentores de ações ordinárias (relativa aos cursos de medicina) ser afetado pela operação referente aos demais cursos (ou vice-versa).

O processo de apuração e rateios das receitas e despesas a serem alocadas à parcela do lucro líquido passível de distribuição aos detentores de cada uma das classes de ações envolve o processamento de um alto volume de transações e requer um criterioso processo de análise e apuração por parte da administração. Por essas razões, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

cursos e confrontamos com as alocações correspondentes. A partir desse mesmo relatório analítico, selecionamos uma amostra para inspeção da documentação comprobatória visando corroborar a adequada identificação do respectivo curso.

Obtivemos os razões contábeis por centro de custo, nos quais se identificam as rubricas objeto de alocações diretas e aquelas passíveis de rateios e realizamos os seguintes procedimentos:

- (i) com relação aos custos e despesas objeto de alocações diretas, selecionados, a partir do sistema orçamentário da Companhia, uma amostra de transações específicas e verificamos a razoabilidade das mesmas em relação aos centros de custos onde foram alocadas;
- (ii) para os custos e despesas apropriados a centros de custos objeto de rateios, obtivemos o entendimento e verificamos a exatidão matemática das alocações com base nos critérios previstos no Instrumento de Convênio.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as apurações de receitas e despesas atribuíveis à parcela do lucro líquido passível de distribuição aos detentores de cada uma das classes de ações são consistentes com os critérios definidos no acordo firmado entre os acionistas da Companhia e no Instrumento de Convênio celebrado entre as controladas da VC Network S.A. Consideramos ainda que as divulgações nas demonstrações financeiras também são coerentes com as evidências fornecidas pela administração.

Inspirali Educação S.A.

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 19 de abril de 2023, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Inspirali Educação S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que ora está sendo reapresentado. Conforme descrito na nota explicativa 1.2, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a atualização da nota explicativa 23(c). Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a

Inspirali Educação S.A.

Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações



Inspirali Educação S.A.

financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 3 de julho de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

Prezado Acionista,

Apresentamos abaixo os principais números do exercício de 2022.

Receita Operacional Líquida

A receita líquida consolidada da Companhia em 2022 atingiu R\$ 2.823,5 milhões.

Custos e Lucro Bruto

Os custos dos serviços prestados em 2022 totalizaram R\$ 1.186,4 milhões, equivalente a 42% da receita operacional líquida. O lucro bruto foi de R\$ 1.637,1 milhões, equivalente a 58% da receita operacional líquida.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 947,7 milhões em 2022, representando 33,6% da receita operacional líquida.

Resultado Financeiro

Em 2022 foram contabilizados R\$ 472,8 milhões de despesas financeiras e R\$ 129,0 milhões de receitas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A linha de imposto de renda e contribuição social correntes foi de R\$ 4,5 milhões e de R\$ 437,3 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Lucro Líquido

Em 2022 a Companhia registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 490,4 milhões, representando 17,4% da receita operacional líquida.

Caixa e Aplicações Financeiras

Encerramos o exercício de 2022 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de alta liquidez de R\$ 984,6 milhões que servirão para garantir a manutenção e expansão da operação.

Investimentos

Finalizamos 2022 com investimentos consolidados de R\$ 99,4 milhões, equivalente a 3,5% da receita líquida.

Empréstimos

Encerramos o exercício de 2022 com o saldo de R\$ 2.044,5 milhões em empréstimos, representado basicamente pela primeira emissão de debênture.

Eventos relevantes

Em 2 de janeiro de 2022 foi realizada, pela Ânima Holding, a venda da VC Network para a Inspirali pelo valor de R\$ 2.100,0 milhões, correspondentes a 49% do total de suas ações. Em 3 de janeiro de 2022, a Ânima Holding realizou um aumento de capital na Inspirali, correspondentes a 6% do capital da VC Network, ao valor patrimonial de R\$ 255,0 milhões. A partir desta data a entidade VC Network passou a ser controlada, de forma direta, pela Inspirali que detém 55% de seu capital social.

Em 30 de março de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Sociesc. A cisão parcial implicou na redução de capital social da Sociesc que passou a ser de R\$ 28,2 milhões e um aumento de capital na IEDUC que passou a ser de R\$ 74,6 milhões. O acervo cindido corresponde a R\$ 65,8 milhões. A partir desta data a IEDUC passou a ser controlada direta da PGP Educação com participação de 88%.

Em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas de titularidade da Ânima, equivalentes a 45% do capital social da VC Network, em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. Às ações preferenciais será garantida a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais), que não for oriundo dos cursos de Medicina, observados ainda os critérios de rateio de despesas e receitas, fixados de acordo com as normas legais e contratuais aplicáveis. Tais critérios foram revisados por firma internacional independente de auditoria e aprovados pelo Comitê de Administração e Riscos da Ânima. Também foi assinado, entre Ânima e Inspirali, um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização para o caso de eventual resultado da operação relativa aos cursos de medicina ser afetada pela operação referente demais cursos ou vice-versa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 esse mecanismo não foi acionado.

Também em 31 de março de 2022, após a celebração de acordo de investimento estratégico entre a Ânima e a DNA Capital e uma vez que todas as condições precedentes foram atendidas, o Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma VIII ("Fundo Genoma VIII"), administrado pela DNA Capital, adquiriu 25,0% do capital social total e votante da Inspirali.

Em 1º de abril de 2022, foi aprovada a cessão de ações da IEDUC pela VC Network para a PGP Educação ao valor patrimonial de R\$ 127,3 milhões, a ser paga em até 5 anos.

Em 1º de dezembro de 2022 houve a cisão da Pensare e a imediata incorporação das parcelas cindidas por suas controladas (UAM, UNIFACS e UNP). Em virtude da cisão, as ações da Pensare

que eram de titularidade da VC Network foram substituídas pelas ações que a Pensare detinha da UAM, UNP e UNIFACS.

Declaração da Diretoria

Os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras.

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ATIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	155.811	8	215.453	4.682
Aplicações financeiras	6	515.040	-	769.179	14.426
Contas a receber	7	1.616	-	609.116	13.412
Adiantamentos diversos	8	430	68	44.614	1.025
Impostos e contribuições a recuperar	9	9.128	-	54.915	-
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	2.071	-
Conta a receber com partes relacionadas	29	1.040	45	79.695	11.703
Dividendos a receber	29	620.772	2.073	-	-
Outros ativos circulantes		3.794	1	19.267	717
Total dos ativos circulantes		1.307.631	2.195	1.794.310	45.965
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	7	-	-	35.323	838
Impostos e contribuições a recuperar	9	-	-	12.189	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.776	-	-	-
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	242.185	-
Depósitos judiciais	22	-	-	115.393	623
Créditos com partes relacionadas	29	17.463	-	47	200
Outros ativos não circulantes		1	-	5.847	452
Investimentos	12	2.560.051	235.123	1.672	-
Imobilizado	13	353	6	466.093	11.500
Direito de uso de arrendamentos	14	-	-	1.013.927	12.420
Intangível	15	11.838	4.938	4.681.227	267.144
Total dos ativos não circulantes		2.591.482	240.067	6.573.903	293.177
TOTAL DOS ATIVOS		3.899.113	242.262	8.368.213	339.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores		2.060	1.238	154.370	10.548
Contas a pagar com partes relacionadas	29	135	35	121.629	13.843
Arrendamentos a pagar	14	-	-	151.186	230
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	69.121	-	70.224	-
Obrigações sociais e salariais	17	2.527	713	127.004	2.193
Obrigações tributárias	18	2.138	236	40.109	1.703
Adiantamentos de clientes	19	-	-	85.996	2.583
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	13.374	-
Títulos e obrigações em aquisições	21	49.892	200.803	105.656	200.803
Dividendos a pagar	23	115.129	-	134.145	17.407
Outros passivos circulantes		-	-	47.686	458
Total dos passivos circulantes		241.002	203.025	1.051.379	249.768
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Arrendamentos a pagar	14	-	-	1.007.712	13.320
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.974.270	-	1.974.281	-
Adiantamentos de clientes	19	-	-	5.862	-
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	53.243	-
Títulos e obrigações em aquisições	21	126.583	95.500	244.668	105.231
Débitos com partes relacionadas	29	-	-	76	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	35.373	21.800
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	22	-	-	482.206	48
Outros passivos não circulantes		-	-	4.381	-
Total dos passivos não circulantes		2.100.853	95.500	3.807.802	140.402
TOTAL DOS PASSIVOS		2.341.855	298.525	4.859.181	390.170
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)					
Capital social	23	355.907	11.890	355.907	11.890
Reserva de capital	23	945.259	24.774	945.259	24.774
Ajuste de avaliação patrimonial	23	(89.295)	(78.747)	(89.295)	(78.747)
Reservas de lucros	23	345.387	-	345.387	-
Prejuízos acumulados	23	-	(14.180)	-	(14.180)
Total do patrimônio líquido		1.557.258	(56.263)	1.557.258	(56.263)
Participação de acionistas não controladores	24	-	-	1.951.774	5.235
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.899.113	242.262	8.368.213	339.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Valores expressos em milhares de reais - R\$ exceto o lucro básico e diluído por ação

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	25	1.511	-	2.823.543	19.323
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	26	(1.723)	(153)	(1.186.403)	(9.164)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(212)	(153)	1.637.140	10.159
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	26	(1.193)	(140)	(177.460)	(1.641)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	26	-	-	(92.565)	(1.211)
Gerais e administrativas	26	(35.749)	(5.219)	(947.672)	(17.269)
Resultado de equivalência patrimonial	12	693.019	(5.486)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	(302)	(157)	(17.858)	(834)
		655.775	(11.002)	(1.235.555)	(20.955)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		655.563	(11.155)	401.585	(10.796)
Despesas financeiras		(242.603)	(2.636)	(472.832)	(4.758)
Receitas financeiras		59.960	-	128.976	529
Resultado financeiro, líquido	28	(182.643)	(2.636)	(343.856)	(4.229)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS		472.920	(13.791)	57.729	(15.025)
IRPJ e CSLL corrente	10	-	-	(4.545)	(540)
IRPJ e CSLL diferido	10	1.776	-	437.315	1.505
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		474.696	(13.791)	490.499	(14.060)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação da controladora		474.696	(13.791)	474.696	(13.791)
Participação de não controladores	24	-	-	15.803	(269)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	474.696	(13.791)	490.499	(14.060)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>474.696</u>	<u>(13.791)</u>	<u>490.499</u>	<u>(14.060)</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À				
Participação da controladora	474.696	(13.791)	474.696	(13.791)
Participação de não controladores	-	-	15.803	(269)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A. E
CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Capital social	Reserva de lucros			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		Reserva de capital	Reserva de lucros	Dividendos propostos adicionais				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	8.710	4.230	-	-	(389)	12.551	-	12.551
Aumento de capital	3.180	20.519	-	-	-	23.699	-	23.699
Aquisição de investimento	-	-	-	-	-	-	5.504	5.504
Remuneração baseada em ações	-	25	-	-	-	25	-	25
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	-	-	-	(78.747)	-	(78.747)	-	(78.747)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(13.791)	(13.791)	(269)	(14.060)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	11.890	24.774	-	-	(78.747)	(56.263)	5.235	(51.028)
Aumento de capital	344.017	917.262	-	-	-	1.261.279	-	1.261.279
Opção de compra de participação de acionistas não controladores	-	-	-	(9.973)	-	(9.973)	-	(9.973)
Remuneração baseada em ações	-	2.972	-	-	-	2.972	1.228	4.200
Aquisição de investimento	-	251	-	-	-	251	1.957.542	1.957.793
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	474.696	474.696	15.803	490.499
Constituição de reserva de lucros	-	-	196.645	-	(196.645)	-	-	-
Dividendos propostos à disposição da assembleia	-	-	-	148.742	(148.742)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(575)	(115.129)	(28.034)	(143.738)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	355.907	945.259	196.645	148.742	(89.295)	1.557.258	1.951.774	3.509.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro (prejuízo) do exercício		474.696	(13.791)	490.499	(14.060)
Ajustes:					
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	7/26	-	-	92.566	1.211
Atualização (reversão) depósito judicial	22	-	-	(3.991)	-
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	13/15/26	2.458	424	278.695	4.845
Amortização direito de uso de arrendamentos	14/26	-	-	172.373	293
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	13/15	-	-	9.774	77
Baixa direito de uso de arrendamentos	14	-	-	(7.373)	-
Resultado de equivalência patrimonial	12	(693.019)	5.486	-	-
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures (Custo de captação)		236.913	-	237.236	-
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	22	-	-	(3.241)	-
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	28	5.178	2.631	18.048	3.887
Despesa financeira de arrendamentos	14/28	-	-	141.608	696
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	14/28	-	-	(2.412)	-
Atualização de empréstimos a terceiros		-	-	-	-
Remuneração baseada em ações		2.972	25	4.200	25
Valor justo bolsa Proies		-	-	16.851	-
Valor Justo Earn Out		(119)	-	(119)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	10	(1.776)	-	(432.770)	(1.505)
Outros		-	-	-	22
		<u>27.303</u>	<u>(5.225)</u>	<u>1.011.944</u>	<u>(4.509)</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (aumento) de contas a receber		(3.331)	(45)	(271.365)	1.385
Redução (aumento) de adiantamentos diversos		(362)	(68)	(13.745)	(401)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	22	-	-	(10.606)	(387)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar		(9.128)	-	(441)	(140)
Redução (aumento) de outros ativos		(3.794)	(1)	4.324	(33)
Redução (aumento) de reembolso a receber de antigos proprietários		-	-	(20.175)	-
(Redução) aumento de fornecedores		922	1.268	(1.301)	3.814
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários		3.716	949	14.986	1.455
(Redução) aumento de adiantamento de clientes		-	-	31.241	(480)
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições		-	-	(7.463)	-
(Redução) aumento de títulos a pagar		-	-	(721)	-
(Redução) aumento de provisão para riscos	22	-	-	(32.039)	2
(Redução) aumento de outros passivos		(1)	-	48	2.018
		<u>(11.978)</u>	<u>2.103</u>	<u>(307.257)</u>	<u>7.233</u>
Juros pagos sobre arrendamentos		-	-	(141.608)	(696)
Juros pagos empréstimos, financiamentos e debêntures		(153.942)	-	(153.985)	-
		<u>(138.617)</u>	<u>(3.122)</u>	<u>409.094</u>	<u>2.028</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Mútuos com partes relacionadas					
Concessões					
Recebimentos					
Aumento de capital em investida	12	(8.915)	(4.548)	-	-
Aumento de capital em coligada		-	-	(482)	-
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos		(2.059.524)	(10.000)	(1.975.446)	(8.909)
Caixa proveniente de investimento (controladas)		-	-	-	2.767
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras		(452.881)	-	(534.182)	(2.873)
Rendimento de aplicações financeiras		(62.159)	-	(96.375)	(489)
Compra de ativo imobilizado	13	(354)	(6)	(63.338)	(638)
Compra de ativo intangível	15	(9.351)	(5.362)	(36.014)	(7.725)
Dividendos recebidos		107.094	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(2.486.090)</u>	<u>(19.916)</u>	<u>(2.705.837)</u>	<u>(17.867)</u>

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Mútuos com partes relacionadas

Captações		-	-	938	-
Amortizações		(16.743)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Captações		1.960.420	-	1.960.420	-
Amortizações	16	-	-	(1.601)	-
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas		(169.657)	(666)	(225.244)	(666)
Pagamento de arrendamentos	14	-	-	(153.130)	(88)
Aumento de capital (Custo de captação)		1.006.490	23.699	1.006.490	23.699
Dividendos pagos		-	-	(80.359)	(3.180)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>2.780.510</u>	<u>23.033</u>	<u>2.507.514</u>	<u>19.765</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>155.803</u>	<u>(5)</u>	<u>210.771</u>	<u>3.926</u>
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	8	13	4.682	756
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	<u>155.811</u>	<u>8</u>	<u>215.453</u>	<u>4.682</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>155.803</u>	<u>(5)</u>	<u>210.771</u>	<u>3.926</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA					
Receita de produtos e serviços	25	1.722	-	2.926.955	20.110
Outras receitas			-	33.247	18
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	26		-	(92.565)	(1.211)
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS					
Custo dos produtos e serviços		(1.067)	-	(58.531)	(637)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(15.069)	(1.383)	(651.821)	(8.044)
VALOR ADICIONADO BRUTO					
		(14.414)	(1.383)	2.157.285	10.236
Depreciação e amortização	26	(2.458)	(424)	(451.070)	(5.138)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO					
		(16.872)	(1.807)	1.706.215	5.098
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	12	693.019	(5.486)	-	-
Receitas financeiras	28	59.960	-	128.976	529
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR					
		736.107	(7.293)	1.835.191	5.627
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO					
		736.107	(7.293)	1.835.191	5.627
Pessoal					
Remuneração direta		15.458	2.648	811.290	10.488
Remuneração baseada em ações		-	-	-	-
Benefícios		864	272	64.318	1.138
Bônus		16	20	357	34
FGTS		764	207	81.446	672
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		1.280	697	(237.967)	1.381
Estaduais		-	-	17	-
Municipais		54	2	119.990	673
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	28	242.603	2.636	472.832	4.758
Aluguéis		372	16	32.409	543
Remuneração de capitais próprios					
Lucro (prejuízo) do exercício retido		474.696	(13.791)	490.499	(14.060)
Participação de acionistas não controladores		474.696	(13.791)	474.696	(13.791)
		-	-	15.803	(269)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Inspirali Educação S.A., (“Inspirali” ou “Companhia”), foi constituída em 11 de dezembro de 2019, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é a Holding de medicina do Ecossistema Ânima (Ânima Holding S.A. – controladora do Grupo), sendo uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto a administração de instituições de ensino de terceiro e quarto graus, educação profissional, podendo dedicar-se, ainda, às atividades de treinamento, pesquisas, consultorias e assessorias a empresas e entidades públicas e privadas, realizar cursos de extensão, treinamento, cursos à distância, bem como atividades relacionadas à produção, promoção e divulgação cultural, podendo, inclusive, ser proponente de projetos culturais com base nas leis de incentivo à cultura.

A Inspirali Educação S.A. e suas controladas doravante serão referidas como “Grupo” para fins destas demonstrações financeiras, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

As controladas da Companhia estão sumarizadas na nota explicativa nº 2.3.

1.1 Contexto sobre a COVID 19

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras.

Ao longo de 2022, o Grupo realizou a reabertura dos campi com retomada das atividades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança para seus educadores e alunos. O Grupo se mantém atento quanto às orientações das autoridades em saúde, e acompanha a evolução da vacinação, mantendo sempre seus *stakeholders* atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 e suas variantes aos negócios do Grupo.

1.2 Reemissão das Demonstrações Financeiras

Durante o processo de pedido de registro de emissor de valores mobiliários categoria “B” perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), formulado pela Companhia em 12 de maio de 2023, a CVM solicitou maiores esclarecimentos na Nota Explicativa n.º 23(c) a respeito da destinação do saldo da reserva de lucros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, a presente demonstração financeira é reemitida para incluir os ajustes solicitados pela CVM, no sentido de esclarecer que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucro é de R\$ 345.387, sendo que, deste saldo, (a) R\$ 148.742 refere-se a dividendos propostos adicionais; e (b) R\$ 196.645 refere-se a reserva de lucros, conforme proposta de orçamento de capital a ser aprovada pela administração da Companhia e posteriormente ratificada em sede de assembleia geral.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição.

2.2.1 - Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Bases de consolidação e equivalência em investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Os exercícios sociais das controladas, coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da Controladora.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia mantinha as seguintes participações em controladas e coligadas:

		Participação %	
		31/12/2022	31/12/2021
<u>Participações diretas</u>			
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	(i)	55	-
Room Sistemas Interativos Ltda. ("Medroom")		100	100
SOBEPE - Sociedade Brasileira Edu. Cult. Pesquisa S.A. ("Sobepe")		100	100
IBCMED Serviços de Educação S.A. ("IBCMED")		51	51
<u>Participações indiretas</u>			
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda. ("Ages")		100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")	(ii)	55	-
Instituto Ânima de Extensão Universitária Ltda. (Ânima Extensão")	(ii)	55	-
Inovattus Empreendimentos e Participações Ltda. ("Inovattus")	(ii)	55	-
Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. ("Faseh")	(ii)	41	-
CESG - Centro de Educação Superior de Guanambi S.A. ("UniFG")	(ii)	30	-
Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. ("Apec")	(ii)	55	-
FACS Serviços Educacionais Ltda. ("Unifacs")	(ii)	55	-
ISCP - Sociedade Educacional Ltda. ("ISCP" ou "UAM")	(ii)	55	-
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S.A. ("IEDUC")	(ii)	55	-
Brasil Educação S.A. ("Brasil")	(ii)	55	-
PGP Educação S.A. ("PGP Educação")	(ii)	55	-
Insegnare Educacional Ltda. ("Insegnare")	(ii)	55	-
Oresidente Serviços de Cursos Preparatórios Ltda. ("Oresidente")	(iii)	51	-
Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde e Bem estar Ltda. ("MedPós")	(iv)	51	-
<u>Coligadas</u>			
Educa Itapevi	(ii)	10	-

(i) Alterações nas participações como resultado da reestruturação societária e acordo de investimentos, conforme descrito na nota explicativa 2.4.

(ii) Empresas com participações diretas e indiretas através da VC Network.

(iii) Em 1º de agosto de 2022 o IBCMED, passou a ser proprietário integral da Oresidente.

(iv) Em 30 de novembro de 2022 o IBCMED, passou a ser proprietário integral da MedPós.

2.4 Reestruturação societária e acordo de investimento

Em linha com as iniciativas de fortalecimento das práticas de governança do Grupo e dos segmentos de negócio, em especial a Inspirali, que detém a vertical dos cursos de Medicina, iniciou-se, em 2021, uma reestruturação societária que teve por objetivo estratificar os resultados das verticais e segmentos de negócio e permitir que o Grupo avalie movimentos estratégicos para seus negócios (incluindo eventuais parcerias e/ou movimentos estruturados de mercados de capitais). Todos os processos da reestruturação societária foram realizados a valor de custo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ocorreram os seguintes atos societários (apresentados em ordem cronológica):

- VC Network: Em 2 de janeiro de 2022, foi realizada, pela Ânima Holding, a venda de 51.546.392 ações da VC Network para a Inspirali pelo valor de R\$ 2.100.000, correspondentes a 49% do total de suas ações.
- Inspirali: Em 3 de janeiro de 2022, a Ânima Holding realizou um aumento de capital na Inspirali mediante o aporte de 6.260.188 ações de sua titularidade, correspondentes a 6% do capital da VC Network, ao valor patrimonial de R\$ 255.040. Com esse aporte em bens a partir desta data a entidade VC Network passou a ser controlada, de forma direta, pela Inspirali que detém 55% de seu capital social.
- Sociesc: Em 30 de março de 2022, foi aprovada a cisão parcial da Sociesc. A cisão parcial implicou na redução de capital social da Sociesc que passou

a ser de R\$ 28.248 e um aumento de capital na IEDUC que passou a ser de R\$ 74.596. O acervo cindido corresponde a R\$ 65.807. A partir desta data a IEDUC passou a ser controlada direta da PGP Educação com participação de 88%.

- VC Network: Em 31 de março de 2022, foi aprovada a conversão da totalidade das ações ordinárias nominativas de titularidade da Ânima, equivalentes a 45% do capital social da VC Network, em ações preferenciais nominativas, com direito a voto. Às ações preferenciais será garantida a distribuição de dividendos fixos e prioritários, equivalentes ao lucro líquido do respectivo exercício social (após realizadas as reservas legais), que não for oriundo dos cursos de Medicina, observados ainda os critérios de rateio de despesas e receitas, fixados de acordo com as normas legais e contratuais aplicáveis. Tais critérios foram revisados por firma internacional independente de auditoria e aprovados pelo Comitê de Administração e Riscos da Ânima. Também foi assinado, entre Ânima e Inspirali, um acordo que prevê mecanismos de compensação e indenização para o caso de eventual resultado da operação relativa aos cursos de medicina ser afetada pela operação referente demais cursos ou vice-versa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 esse mecanismo não foi acionado.
- Acordo de investimento: em 31 de março de 2022, após a celebração de acordo de investimento estratégico entre a Ânima e a DNA Capital e uma vez que todas as condições precedentes foram atendidas, o Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Genoma VIII ("Fundo Genoma VIII"), administrado pela DNA Capital, adquiriu 25,0% do capital social total e votante da Inspirali.
- IEDUC: Em 1º de abril de 2022, foi aprovada a cessão de ações da IEDUC pela VC Network para a PGP Educação ao valor patrimonial de R\$ 127.342, a ser paga em até 5 anos.
- Pensare: em 1º de dezembro de 2022 houve a cisão da Pensare e a imediata incorporação das parcelas cindidas por suas controladas (UAM, UNIFACS e UNP). Em virtude da cisão, as ações da Pensare que eram de titularidade da VC Network foram substituídas pelas ações que a Pensare detinha da UAM, UNP e UNIFACS.

2.5 Comparabilidade

A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não inclui os resultados integrais das investidas Sobepe e sua controlada, Ages, e do IBCMED, que passaram a ser consolidados a partir de 2 de agosto de 2021 e 20 de novembro de 2021, respectivamente. A demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não inclui os resultados integrais das investidas VC Network e suas controladas, Oresidente e MedPós que passaram a ser consolidados a partir de 2 de janeiro de 2022, 1º de agosto de 2022 e 30 de novembro de 2022, respectivamente.

A leitura das informações financeiras deve considerar esses aspectos.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, as contas do resultado, na data de aquisição das empresas adquiridas no exercício de 2022 e 2021 que possuem maior relevância no contexto da leitura das demonstrações financeiras:

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2022		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
Oresidente	01/08/2022	11	(2)	39	(1)
MedPós	30/11/2022	313	70	268	59

Investidas	Data de aquisição	Resultado Consolidado em 2021		Resultado anterior ao Consolidado (não auditado)	
		Receita líquida	Lucro (Prejuízo)	Receita líquida	Lucro (Prejuízo)
SOBEPE	02/08/2021	-	2.197	-	(10.491)
Ages	02/08/2021	15.946	(688)	39.484	(11.048)
IBC MED	20/11/2021	1.662	(550)	12.594	9.292

2.6 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de março de 2023.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS, DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA E JULGAMENTOS

3.1 Julgamentos e estimativas contábeis

De acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, é exigida da Administração a realização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e seus efeitos são reconhecidos no período em que são revistas, podendo, no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas.

As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras consolidadas, são divulgadas abaixo:

3.1.1 Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos

A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota efetiva. Para as entidades operacionais participantes do PROUNI a alíquota efetiva é equivalente a zero e, para as entidades não participantes do PROUNI, a alíquota efetiva é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

3.1.2 Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ ICPC 22)

O Grupo adota certas posições fiscais na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência

e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com um ou mais destes procedimentos.

3.1.3 Provisões para contingências

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.4 Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar

Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

A Companhia e suas controladas não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, a Companhia adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo spread (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Ânima Holding, que é a taxa que a Ânima (controladora da Inspirali) pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir ainda mais as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato.

3.1.5 Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - contas a receber

A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a estimativa para créditos de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve um aumento significativo do risco de crédito.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9/CPC 48 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos dois anos. As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras

sobre fatores macroeconômicos que podem afetar a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia e suas controladas analisam relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, via de regra, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo.

A análise do contas a receber é efetuada por faixas de vencimento, status do aluno (ativo, inativo e graduado) e característica do título (mensalidade em aberto ou acordo).

3.1.6 Impairment de ativos não financeiros

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. O *impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros os quais podem diferir daqueles esperados pela Administração.

3.1.7 Reestruturação societária (Combinação de negócio sob controle comum)

Transações de troca de participações entre empresas sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("CPC") e pelas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). Sendo assim, conforme parágrafo 11 do Pronunciamento CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8), a Companhia considerou a aplicabilidade dos requisitos e a orientação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que tratam de assuntos semelhantes relacionados.

Em uma relação de transferência de ações entre empresas de controle comum, os negócios adquiridos pela Companhia já pertenciam ao Grupo Ânima, havendo a transferência das ações dentro do mesmo grupo econômico. Desta maneira, não houve alteração nas bases de mensuração de ativos e passivos em relação aos seus valores contábeis históricos ("custo predecessor"). Desta forma, a Companhia não aplicou o método de aquisição (mensurados a valores justo), conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) IFRS 3.

Após a reestruturação, a Companhia continua a ser controlada diretamente pelos acionistas da Ânima Holding S.A.

Na data da efetivação da operação, em 2 de janeiro de 2022, a Companhia registrou contabilmente, resultante da operação, um aumento de capital no valor de R\$ 2.100.000, reconhecidos em seu patrimônio líquido em contrapartida aos investimentos.

Nesta contabilização, foi utilizado o valor histórico do patrimônio líquido das investidas, conforme laudo de avaliação datado de 31 de dezembro de 2021 (lastreados em balancetes patrimoniais das investidas e documentação comprobatória materialmente relevante) e nas demonstrações consolidadas.

Foram reconhecidos os ativos e passivos com base nos valores históricos, ou custo predecessor, de cada entidade.

Essas demonstrações financeiras consolidadas apresentam os resultados das entidades adquiridas e o balanço patrimonial prospectivamente a partir da data em que ocorreu a combinação de negócios sobre controle comum. Como a combinação é tratada prospectivamente, as informações comparativas são apresentadas apenas para a Inspirali Educação S.A..

3.1.8 Valor justo do passivo de resgate e análise quanto à retenção de riscos e benefícios na participação de acionistas não controladores

Conforme descrito na Nota 21, a Companhia é parte em contrato de opções de compra e venda com os acionistas não controladores do IBCMED. A estimativa do valor justo do contrato envolve um elevado grau de julgamento em função da necessidade de se estimar o EBTIDA futuro do IBCMED, bem como as projeções do fluxo de caixa, taxas de crescimento e taxa de desconto.

A administração entende que, apesar da celebração do contrato de opções de compra e venda de ações, os acionistas não controladores do IBCMED preservaram seu direito aos riscos e benefícios associados à sua participação no capital da mesma. Dessa forma, sua participação foi destacada no patrimônio líquido consolidado.

4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, salvo indicação do contrário.

4.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas (via participações diretas ou indiretas) são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de

participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Lucros ou prejuízos acumulados" para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou *joint venture* ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

4.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo.

4.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor.

4.4 Ativos financeiros

4.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

(a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos.

(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem.

Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.4.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

4.4.4 Impairment

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.4.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços ou venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

4.6 Depósitos judiciais

Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo.

A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras.

Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários.

4.7 Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica "Direitos a receber por aquisições" do balanço patrimonial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que

fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terrenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-34
Edificações	25-70
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamento de laboratório	10
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de líquidos de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.9 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, polos EAD e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças, polos EAD são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula.

Licenças, polos EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Marcas e patentes	30
Carteira de clientes	1,5 – 4,5
Acordo de não competição	8
<i>Mailing list</i>	3
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso;
- A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo;
- Há capacidade de usar o intangível;
- Pode ser demonstrado como o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos, e;
- Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos.

4.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível

reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

4.11 Combinação de negócios

O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- Valores justos dos ativos transferidos
- Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido
- Participações societárias emitidas pelo grupo
- Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e
- Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida.

O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos.

O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa.

Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro.

A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado.

4.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

4.14 Provisões para contingências

As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão de risco.

Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.15 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.15.1 Corrente

Conforme descrito na nota explicativa 4.17.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicionais e tecnológicos.

O imposto de renda e a CSLL a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a CSLL correntes foram calculados com

base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI.

Os ativos e passivos de imposto de renda e CSLL correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.15.2 IRPJ e CSLL Diferido

Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações.

O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido.

4.17 Reconhecimento de receita

4.17.1 Mensalidades

A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos in company, tanto em ensino presencial e à

distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software.

A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará em até 90% da primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos.

As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravalter antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico.

4.17.2 Eventos

As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos.

4.17.3 Outras receitas

Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e quase simultaneamente com seu recebimento.

4.18 Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo

4.18.1 FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC").

Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFT-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal.

Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei n. 13.530/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei n. 10.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para a seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1).

O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito à cobrança de juros.

Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrir 90% do risco das mensalidades do FIES.

4.18.2 PROUNI

O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

Publicada no Diário Oficial da União em 7 de dezembro de 2021, a Medida Provisória ("MP") nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, altera a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Medida Provisória antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. A adesão é válida por dez anos, renovável por igual período.

As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concedidos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte.

A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão:

- IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e
- PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicionais e de pós-graduação em tecnologia.

A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2021 e 2022.

4.19 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas.

4.20 Arrendamento

As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos

quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

Estados	% por prazos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 25 anos
São Paulo	11,31% a 13,50%	12,25% a 13,15%	13,00% a 14,03%
Goiás	-	-	12,94%
Minas Gerais	11,37% a 12,37%	11,12% a 12,62%	-
Santa Catarina	10,31% a 12,56%	10,56% a 12,56%	10,81% a 12,81%
Bahia	11,11% a 13,65%	12,75%	13,00%

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração, quando aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador.

4.21 Distribuição de lucros

De acordo com o estatuto, para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, exceto para a controlada VC network, onde a distribuição é de 100%.

Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

4.22 Transações com partes relacionadas

Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades.

4.23 Relatório de segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. A apresentação dos segmentos é conforme segue:

- Inspirali Medicina – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- Pós-graduação Medicina - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (*Lato Sensu*),

congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in company*, publicações de livros e revistas para os cursos de Medicina.

- Ex-Medicina - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância.

A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional na análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados.

4.24 Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas e práticas contábeis foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas e práticas contábeis, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas

estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar. Ademais a Companhia não espera que a adoção das normas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros.

5 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIO

5.1 Composição preço de compra e ágio

					2022
	Laureate (a)	IBCMED (a)	Oresidente (b)	MedPós (b)	Total
Data de aquisição	28/05/2021	23/11/2021	01/08/2022	30/11/2022	
% Participação	100%	51%	100%	100%	
Pagamento à vista	-	-	575	2.000	2.575
Pagamentos parcelados	-	596	-	2.600	3.196
Valor nominal da aquisição	-	596	575	4.600	5.771
(-) Ajuste a valor presente	-	(6.275)	-	-	(6.275)
Valor presente da aquisição	-	(5.679)	575	4.600	(504)
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	66.081	883	62	(107)	66.919
Ágio gerado na aquisição	(66.081)	(6.562)	513	4.707	(67.423)

a) Valores referem-se à alocação final do preço de compra do Grupo Laureate e do IBCMED, adquiridas em 2021.

b) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o IBCMED efetuou a aquisição integral de duas empresas, sendo elas a Oresidente em 1º de agosto de 2022 e a MedPós em 30 de novembro de 2022, pagando o montante à vista de R\$ 575 e R\$ 2.000 respectivamente, permanecendo em aberto o saldo a pagar de R\$ 2.600 que será liquidado em 03 parcelas até 2026.

	2021		
	Medroom (a)	IBCMED (b)	Total
	19/11/2020	30/11/2021	
Data de aquisição	19/11/2020	30/11/2021	
% Participação	100%	51%	
Pagamento à vista	-	10.000 (i)	10.000
<i>Earn-out</i>	-	45.871 (ii)	45.871
Valor nominal da aquisição	-	55.871	55.871
(-) Ajuste a valor presente	-	(5.711)	(5.711)
Valor presente da aquisição	-	50.160	50.160
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	5.576	5.729	11.305
Ágio gerado na aquisição	(5.576)	44.431	38.855
Composição do caixa líquido na aquisição			
Contrapartida paga em caixa à vista	-	10.000	10.000
(-) Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	-	(1.091)	(1.091)
Valor presente pago	-	8.909	8.909

(a) Valores referem-se à alocação final do investimento da Medroom adquirido em 2020. Houve a alocação dos ativos adquiridos pelo valor justo de R\$ 5.576, gerando uma redução final ao ágio anteriormente alocado no valor de R\$ 5.576. O valor final do ágio registrado na operação é de R\$ 14.234.

(b) Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A., além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026, que já está registrada contabilmente. A transação não está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e os valores são como segue:

(i) Pagamento de R\$ 10.000 à vista na assinatura do contrato;

(ii) Valores serão pagos em 3 parcelas anuais, variáveis, a serem pagas a partir de 2023 até 2025. O valor das parcelas variáveis será aferido com base em múltiplos de EBITDA, referente ao exercício social anterior da eventual opção.

5.2 Valor justo das aquisições

<u>Alocação dos ativos</u>	Laureate	IBCMED (a)	Oresidente (b)	MedPós(b)	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	52	162	214
Outros ativos circulantes	-	-	3	1.654	1.657
Ativos não circulantes	-	-	59	-	59
Imobilizado	-	-	-	23	23
Intangível	-	-	-	1	1
Carteira de clientes	(16)	2.035	-	-	2.019
Marca	-	589	-	-	589
Polos e Material EAD	63	-	-	-	63
	47	2.624	114	1.840	4.625
Passivos					
Circulantes	-	-	2	275	277
IR/CS diferido passivo	(66.034)	892	-	-	(65.142)
Passivo não circulante	-	-	50	1.672	1.722
Participação de acionistas não controladores	-	849	-	-	849
	(66.034)	1.741	52	1.947	(62.294)
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	66.081	883	62	(107)	66.919

- (a) A Companhia e seus consultores finalizaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, conseqüentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- (b) A Companhia e seus consultores iniciaram a apuração dos ativos e passivos a valor justo e, conseqüentemente, do valor final do ágio ou compra vantajosa decorrentes da transação. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está apresentada a alocação preliminar do preço de compra.

6 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição do saldo de caixa, equivalentes e aplicações financeiras é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	7	8	25.935	3.435
Aplicações financeiras – Operações	155.804	-	189.518	1.247
Total do caixa e equivalentes de caixa	155.811	8	215.453	4.682
Aplicações financeiras – Investimento	515.040	-	769.179	14.426
Total das aplicações financeiras	515.040	-	769.179	14.426

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor do que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo.

As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimento, com liquidez imediata, que têm por objetivo alocar recursos em ativos financeiros de renda fixa, que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI. Os fundos em que são aplicados tais recursos possuem liquidez diária, estão indexados à taxa DI e, por possuírem lastro significativo em letras do tesouro nacional brasileiro, não se classificam como equivalentes de caixa de acordo com as normas internacionais de contabilidade. A rentabilidade das cotas desses fundos atingiu, nos últimos doze meses, percentuais entre 95,79% e 105,17% do CDI (percentual médio de 126% em 31 de dezembro de 2021).

7 CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber mensalidades (a)	744.395	9.666
FIES - Financiamento estudantil (b)	98.578	5.986
Financiamentos (c)	133.431	2.903
Eventos, Sublocações, serviços e outros	55.200	67
Total	1.031.604	18.622
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (d)	(387.165)	(4.372)
Total	(387.165)	(4.372)
Total geral contas a receber	644.439	14.250
Ativo circulante	609.116	13.412
Ativo não circulante (e)	35.323	838

- (a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.
- (b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, líquidas de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo.

- (c) Refere-se a mensalidades financiadas, líquidas do ajuste a valor presente, em que o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar de 0% a 3% a.a. conforme a modalidade do contrato do aluno, o qual é corrigido pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos dos financiamentos relativos ao Pravalor Gestão e Fiages (Ages). O saldo também inclui o programa Facilita, modalidade de pagamento na qual o aluno ingressante paga o valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso
- (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo considerados o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país.
- (e) Refere-se a valores financiados conforme detalhado no item "c" com vencimento acima de um ano.

O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, onde, também, são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

Consolidado					
31/12/2022					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (a)
A vencer (b)	497.933	(103.339)	20,75%	394.594	61,23%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	125.358	(35.496)	28,32%	89.862	13,94%
De 91 a 180 dias	116.009	(34.408)	29,66%	81.601	12,66%
De 181 a 360 dias	103.959	(64.315)	61,87%	39.644	6,15%
De 361 a 720 dias	188.345	(149.607)	79,43%	38.738	6,01%
Total	1.031.604	(387.165)	37,53%	644.439	100%

Consolidado					
31/12/2021					
	Saldo do contas a receber	Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (a)
A vencer (b)	13.429	(1.660)	12,36%	11.769	82,59%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	1.831	(592)	32,33%	1.239	8,69%
De 91 a 180 dias	1.086	(423)	38,95%	663	4,65%
De 181 a 360 dias	871	(569)	65,33%	302	2,12%
De 361 a 720 dias	1.405	(1.128)	80,28%	277	1,94%
Total	18.622	(4.372)	23,48%	14.250	100%

- (a) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento.
- (b) Os valores a receber de FIES e cartão de crédito estão classificados nessa linha.

A movimentação das Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa nos exercícios é como segue:

Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(4.372)	-
Perdas estimadas no exercício	(92.566)	(1.211)
Saldo proveniente de aquisição – Sobepe e Ages	-	(3.457)
Efeitos de reorganização societária	(381.372)	-
Títulos baixados no exercício (i)	91.145	296
Saldo final	(387.165)	(4.372)

- (i) Refere-se a títulos baixados vencidos há mais de dois anos.

Informação complementar sobre o contas a receber de mensalidades dos alunos de medicina

O saldo de contas a receber de mensalidades compreende recebíveis relacionados a: (i) estudantes de medicina em cursos de graduação e pós graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina; (ii) estudantes em demais cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. Apresentamos a seguir um detalhamento complementar dos valores a receber e das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa relativos às mensalidades de estudantes de medicina e demais cursos. Essa composição não compreende os saldos relativos às contas a receber de FIES - Financiamento estudantil, Financiamentos, Eventos, Sublocações, serviços e outros.

	Consolidado			
	31/12/2022			
	Estudantes medicina	Estudantes não medicina	Outros	Total
Graduação	119.079	417.581	-	536.660
Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado, EAD	5.941	54.197	-	60.138
Cartões, cheques, outros	-	-	147.597	147.597
Total	125.020	471.778	147.597	744.395
Graduação	119.079	417.581	-	536.660
Perdas estimadas (a)	(40.285)	(239.840)	-	(280.125)
Graduação líquido	78.794	177.741	-	256.535

(a) Para Estudantes de Medicina temos 50,3% e para Estudantes Não Medicina temos 59,7%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias.

8 ADIANTAMENTOS DIVERSOS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Colaboradores (a)	30.866	529
Fornecedores	13.748	496
Total	44.614	1.025

(a) Refere-se, principalmente, a adiantamento de férias.

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF (a)	9.048	-	27.234	-
IRPJ/CSLL (b)	-	-	1.684	-
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	-	-	31.454	-
PIS/COFINS/CSLL	80	-	3.470	-
Outros	-	-	3.262	-
Total	9.128	-	67.104	-
Ativo circulante	9.128	-	54.915	-
Ativo não circulante	-	-	12.189	-

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras.

(b) Referem-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPs para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para ajuste anual da apuração do lucro real.

(c) Referem-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela RFB.

10 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

10.1 Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O cálculo do imposto de renda e da CSLL considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo de tais instituições é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente.

Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa; entretanto, a contabilização de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 217.224 (R\$ 7.434, em 31 de dezembro de 2021) e, no consolidado, o montante é de R\$ 477.501 (R\$ 15.357, em 31 de dezembro de 2021), não sujeitos a prazo prescricional.

A movimentação dos saldos ativos líquidos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

	Consolidado					Saldo final 31/12/2022
	Saldo inicial 31/12/2021	Movimentação			Compensação o tributo diferido passivo	
		Combinação de negócio	Constituição/ Reversão de crédito tributário	Baixa por reestruturação societária (a)		
Imposto de renda	-	48.567	34.567	(61.072)	(22.062)	-
Contribuição social	-	17.483	12.443	(21.984)	(7.942)	-
Total	-	66.050	47.010	(83.056)	(30.004)	-

Passivo - Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos alocados em combinação de negócios, que deram origem a uma obrigação fiscal diferida que será realizada na alienação do negócio ou na realização dos ativos alocados.

Em 31 de dezembro de 2022, os tributos diferidos passivos estão apresentados pelo seu valor líquido, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, sendo, em geral, relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido consolidado.

A movimentação dos saldos passivos, no exercício findo em 31 de dezembro, foi como segue:

	Consolidado								
	Saldo inicial 31/12/2021	Combinação de negócio	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Constituição o de imposto diferido sobre a mais valia	Reversã o de imposto diferido sobre a mais valia	Outros	Baixa por reestruturaç ão societária (a)	Compensação com tributo diferido ativo	Saldo final 31/12/2022
Imposto de renda	16.029	379.476	(22.698)	569	(568)	626	(325.363)	(22.062)	26.009
Contribuiçã o social	5.771	136.610	(8.172)	205	(204)	226	(117.130)	(7.942)	9.364
Total	21.800	516.086	(30.870)	774	(772)	852	(442.493)	(30.004)	35.373

	Consolidado					Saldo final 31/12/2021
	Movimentação					
	Saldo inicial 31/12/2020	Aquisição	Combinação de negócio	Amortização	Compensação com imposto diferido ativo	
Imposto de renda	-	12.449	5.089	(879)	(630)	16.029
Contribuição social	-	4.482	1.832	(316)	(227)	5.771
Total	-	16.931	6.921	(1.195)	(857)	21.800

(a) Conforme descrito na nota explicativa 2.4, a Pensare, que atuava única e exclusivamente como um holding intermediária da UAM, UNP e Unifacs, foi extinta através de sua cisão e imediata incorporação dos ativos cindidos por suas controladas (UAM, UNP e Unifacs). Após esta incorporação reversa essas três instituições passaram a ser diretamente controladas pela VC Network. Como consequência deste movimento societário não há mais diferença, nessas três instituições, entre base contábil e base fiscal nessas três e, portanto, não há mais saldos de tributos diferidos a serem constituídos. Considerando que o movimento ocorreu em 1 de dezembro de 2022, todo o saldo passivo e ativo referente ao Imposto de Renda e Contribuição social diferidos dessas três empresas foi baixado contra o resultado do exercício de 2022.

Importante destacar que, ainda que houvesse outras diferenças temporárias, como as três instituições são entidades operacionais participantes do PROUNI, diferentemente de sua antiga holding, a alíquota a ser empregada para constituição de tributos diferidos deve ser igual a zero, já que esta é a alíquota tributária esperada na eventual realização das diferenças temporárias tributáveis.

10.2 Conciliação da taxa efetiva

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) antes de IRPJ e CSLL	472.920	(13.791)	57.729	(15.025)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	(160.793)	4.689	(19.628)	5.109
Ajustes ao resultado:				
Equivalência patrimonial	235.626	(1.454)	-	-
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	217.561	2.890
Créditos tributários não constituídos (b)	(72.314)	(2.471)	(87.594)	(6.185)
Baixa de IRPJ e CSLL diferido passivo	-	-	359.437	-
Outras adições e exclusões	(743)	(764)	(37.006)	(849)
IRPJ e CSLL calculados	1.776	-	432.770	965
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(4.545)	(540)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	1.776	-	437.315	1.505
Ativo	1.776	-	(36.009)	310
Passivo	-	-	473.324	1.195
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	0,4%	-	749,7%	-6,4%

- (a) Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (alterada pela lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022, para aperfeiçoar a sistemática de operação PROUNI), e no Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005, as controladas da Companhia oferecem bolsas integrais e parciais de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pela legislação do PROUNI, beneficiando-se das isenções fiscais do Imposto de Renda, Contribuição Social, COFINS e PIS, conforme artigo 8º da lei citada acima. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC.
- (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista que não existe expectativa de sua realização.

11 DIREITOS A RECEBER POR AQUISIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Reembolsáveis por alienantes (a)	96.387	-
Ativos de indenização (b)	132.559	-
Empréstimos a terceiros (c)	15.310	-
Total	244.256	-
Ativo circulante	2.071	-
Ativo não circulante	242.185	-

- (a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, IEDUC, Ages, UniFG, UAM e APEC provenientes de processos judiciais, parcelamentos fiscais e contingências pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários.
- (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 22), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as provisões referentes aos processos judiciais se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato
- (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários.

12 INVESTIMENTOS

As principais demonstrações financeiras das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022						
	Controladas via participação direta e demais participações						
Participação no patrimônio líquido	Total de ativos	Total de passivos	(-) Demais participações (a)	Patrimônio líquido	(-) Resultado de demais participações	Resultado do exercício	
VC Network (b)	55%	4.854.588	625.771	1.902.968	2.325.849	195	683.698
SOBEPE	100%	204.034	34.355		169.679		14.312
MedRoom	100%	9.732	3.005		6.727		(6.551)
IBCMED	51%	29.862	18.697	5.471	5.694	1.499	1.560
Ágio					52.102		
					2.560.051		693.019

- (a) Refere-se à participação de acionistas minoritários.
- (b) Conforme descrito na nota 2.4, após a conclusão da reorganização societária, a Inspirali tornou-se controladora da VC Network, com participação de 55%, que são representadas por ações que dão direito ao resultado líquido das operações que são oriundas dos cursos de Medicina. Caso, no encerramento do exercício, o resultado das operações não relacionadas à graduação de medicina impacte a distribuição do resultado da VC Network, a Ânima indenizará a Inspirali referente a este impacto. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi necessária tal indenização.

Movimentação dos saldos no exercício:

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2021	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos (b)	Ágio	Reestruturação societária (a)	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ativo									
VC	-	255.040	683.699	1.479	(714.369)	-	2.100.000	-	2.325.849
Network	165.092	29	14.312	45	(9.799)	-	-	-	169.679
SOBEPE	5.918	7.362	(6.553)	-	-	-	-	-	6.727
MedRoom	5.448	-	1.561	(575)	(1.624)	-	-	884	5.694
IBC MED	58.665	-	-	-	-	(5.679)	-	(884)	52.102
Ágio	235.123	262.431	693.019	949	(725.792)	(5.679)	2.100.000	-	2.560.051
Total									

(a) Conforme descrito na nota explicativa 2.4, refere-se à alienação da participação detida pela controladora na VC Network no montante de R\$ 2.100.000, bem como o aumento de capital da controladora na Inspirali com ações da VC Network.

(b) O valor de R\$ (714.553) da VC Network refere-se a distribuição de dividendos 2021 no valor de (R\$ 30.658), e distribuição de dividendos 2022 no valor de (R\$ 683.894).

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2020	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Aquisição (a)	Combinação de Negócios	Alocação de ágio (b)	Saldo em 31/12/2021
Ativo									
SOBEPE	-	1.109	(2.197)	5	(2.073)	168.248	-	-	165.092
MedRoom	(89)	3.439	(3.008)	-	-	-	-	5.576	5.918
IBC MED	-	-	(281)	-	-	-	5.729	-	5.448
Ágio e alocações	19.810	-	-	-	-	-	44.431	(5.576)	58.665
Total	19.721	4.548	(5.486)	5	(2.073)	168.248	50.160	-	235.123

(a) Refere-se a cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding para a Inspirali a valor patrimonial.

(b) Refere-se à alocação final do preço de compra da Medroom (nota 5) realizada em 2021 (dentro do período de mensuração), resultando em uma redução ao ágio no valor de R\$ 5.576, sendo contrapartida dentro do mesmo grupo de investimentos.

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Reorganização societária	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2022
Educa Itapevi	-	1.190	482	1.672
Total	-	1.190	482	1.672

13 IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Controladora			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Computadores e periféricos	20%	333	(7)	326	6
Outros	10% a 20%	27	-	27	-
Total		360	(7)	353	6

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,86% a 10%	464.101	(266.910)	197.191	1.438
Edificações	1,43% a 4%	88.225	(22.851)	65.374	-
Terrenos	-	34.267	-	34.267	-
Máquinas e equipamentos	10%	214.032	(180.822)	33.210	6.705
Biblioteca e videoteca	10%	104.291	(86.298)	17.993	1.132
Móveis e utensílios	10%	130.012	(97.603)	32.409	1.317
Computadores e periféricos	20%	146.252	(132.924)	13.328	872
Equipamentos de laboratórios	10%	71.953	(21.027)	50.926	-
Outros	10% a 20%	29.059	(24.551)	4.508	-
Imobilizado em andamento	-	16.887	-	16.887	36
Total		1.299.079	(832.986)	466.093	11.500

A movimentação do ativo imobilizado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Depreciações	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2022
Computadores e periféricos	6	327	(7)	-	326
Outros	-	27	-	-	27
Total	6	354	(7)	-	353

	Controladora					
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Baixa	Reclassificação	Saldo líquido em 31/12/2021
Computadores e periféricos	-	6	-	-	-	6
Total	-	6	-	-	-	6

	Consolidado								Saldo líquido em 31/12/2022
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas	Efeitos de reorganização societária (f)	Combinação de negócio	Depreciações	Reclassificação	Transferências (e)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	1.438	14.188	(3.433)	203.499	10	(39.899)	24.803	(3.415)	197.191
Edificações	-	-	-	69.199	-	(3.492)	-	(333)	65.374
Terrenos	-	-	-	34.267	-	-	-	-	34.267
Máquinas e equipamentos	1.504	2.417	(1.835)	47.273	29	(16.518)	244	96	33.210
Biblioteca e videoteca	1.133	123	(1.223)	23.619	-	(5.725)	83	(17)	17.993
Móveis e utensílios	1.316	5.237	(1.418)	37.081	37	(9.295)	164	(713)	32.409
Computadores e periféricos	872	3.190	(16)	15.946	-	(6.906)	262	(20)	13.328
Equipamentos de laboratórios	4.559	10.722	(186)	45.624	-	(6.937)	(21)	(2.835)	50.926
Outros	642	1.313	(78)	4.820	6	(2.131)	10	(74)	4.508
Imobilizado em andamento (b)	36	33.817	454	8.483	-	-	(25.545)	(358)	16.887
Total	11.500	71.007	(7.735)	489.811	82	(90.903)	-	(7.669)	466.093

	Consolidado							
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Combinação de negócio (c)	Baixas	Depreciações	Reclassificação	Efeitos de reorganização societária (d)	Saldo líquido em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	-	-	37	-	(55)	511	945	1.438
Máquinas e equipamentos	-	215	1.236	-	(362)	-	5.616	6.705
Biblioteca e videoteca	-	-	-	-	(80)	-	1.212	1.132
Móveis e utensílios	23	50	-	(2)	(101)	2	1.345	1.317
Computadores e periféricos	191	120	-	-	(167)	-	728	872
Imobilizado em andamento (b)	-	253	-	-	-	(513)	296	36
Total	214	638	1.273	(2)	(765)	-	10.142	11.500

(a) Os gastos em benfeitorias em imóveis de terceiros referem-se a melhorias nos Campi das controladas da Companhia, realizadas com o intuito de ampliar as estruturas e prover maior conforto aos alunos.

(b) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, aos desembolsos efetuados pelas controladas da Companhia na construção e ampliação de suas unidades de ensino que, após a conclusão das obras, são transferidos, principalmente, para a conta de benfeitorias em imóveis de terceiros e começam a sofrer depreciação.

(c) Referem-se às adições decorrente das combinações de negócios provenientes da empresa IBCMED, ocorrida em 2021.

(d) Refere-se ao saldo do balanço na data de aquisição da Sobepe e Ages decorrente da operação de cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding para a Inspirali a valor patrimonial.

(e) Transferências realizadas entre empresas que estão sob o controle da Inspirali para empresas que estão sob controle apenas da Ânima Holding S.A. mas que não fazem parte da Inspirali.

(f) Refere-se aos saldos de reorganização societária conforme descrito na Nota 2.4.

13.1 Ativos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos imobilizados dada a garantia de processos judiciais e alguns empréstimos. Foram oneradas as edificações e terrenos do Grupo com valor contábil de aproximadamente R\$ 99.770 em 31 de dezembro de 2022 em tais transações.

14 DIREITO DE USO DE ARRENDAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Movimentações dos saldos

A seguir estão apresentadas as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2021	12.420	13.550	
Reorganização societária	1.079.556	1.213.939	
Adição e remensuração	195.700	195.700	
Baixa	(101.376)	(108.749)	7.373
Pagamento	-	(294.738)	
Concessão de pagamentos (a)	-	(2.412)	2.412
Amortização	(172.373)	-	(172.373)
Despesa financeira	-	141.608	(141.608)
Saldo em 31/12/2022	<u>1.013.927</u>	<u>1.158.898</u>	<u>(304.196)</u>
Circulante		151.186	
Não circulante	1.013.927	1.007.712	

(a) Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - "Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar, até 30 de junho de 2022, as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 2.412, diretamente no resultado do exercício, e não como uma modificação de contrato.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado
Saldo em 31/12/2020	-	-	-
Aquisições (a)	11.490	12.415	-
Adição e remensuração	1.223	1.223	-
Pagamento	-	(784)	-
Amortização	(293)	-	(293)
Despesa financeira	-	696	(696)
Saldo em 31/12/2021	<u>12.420</u>	<u>13.550</u>	<u>(989)</u>
Circulante	-	230	
Não circulante	12.420	13.320	

(a) As adições identificadas nesta linha são decorrentes da aquisição de participação societária por meio da cessão da Sobepe pela Ânima Holding para a Inspirali.

Os pagamentos mínimos estimados (valor presente) para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>
2024	164.722
2025	137.706
2026	67.961
2027	64.134
Após 2027	573.189
Total	<u>1.007.712</u>

No sentido de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, o Grupo apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 3,65% ao ano para 2024, 3,25% para anos posteriores a 2025, conforme boletim Focus publicado em 30 de dezembro de 2022. Apresentamos na coluna "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	<u>31/12/2022</u>		
	<u>Consolidado</u>		
	<u>Sem inflação</u>	<u>Com inflação</u>	<u>% Variação</u>
Direito de uso líquido	1.013.927	1.064.433	4,98%
Passivo de arrendamento	1.158.692	1.213.165	4,70%
Despesa de amortização	(189.916)	(197.405)	3,94%
Despesa financeira	(160.145)	(166.291)	3,84%

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescida da inflação futura projetada não produz efeitos líquidos significativos em relação ao patrimônio do Grupo.

15 INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	<u>Controladora</u>			
		<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Intangível líquido</u>	
Softwares	20%	5.363	(232)	5.131	36
Conteúdo EAD	33%	9.350	(2.643)	6.707	4.902
Total		<u>14.713</u>	<u>(2.875)</u>	<u>11.838</u>	<u>4.938</u>

	Taxas anuais de amortização	Consolidado			
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>					
Ágio		2.679.090	-	2.679.090	183.912
Marcas e patentes	3,33%	425.266	(13.756)	411.510	23.005
Licença		1.165.114	-	1.165.114	37.611
Carteira de clientes	22% a 70%	389.456	(106.660)	282.796	8.265
Acordo de não competição	12%	-	-	-	-
Material EAD	33% a 50%	1.847	(1.340)	507	-
Polos EAD		70.997	-	70.997	-
Tecnologia	20%	8.448	(3.520)	4.928	6.618
Mailing list		-	-	-	-
Total		4.740.218	(125.276)	4.614.942	259.411
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>					
Softwares	20%	107.657	(86.612)	21.045	549
Desenv. conteúdo EAD	33%	87.924	(48.493)	39.431	6.154
Credenciamento MEC	33%	11.325	(7.901)	3.424	305
Cessão de Uso/Know-How	20%	-	-	-	-
Intangível em desenvolvimento		2.384	-	2.384	725
Direitos Autorais		1	-	1	-
Total		209.291	(143.006)	66.285	7.733
Total do intangível		4.949.509	(268.282)	4.681.227	267.144

A movimentação da controladora é:

	Controladora						
	Saldo líquido em					Saldo líquido em	
	31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	Investimento	31/12/2022
Softwares	36	5.324	-	-	(229)	-	5.131
Conteúdo EAD	4.902	4.027	-	-	(2.222)	-	6.707
Projetos em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Direitos autorais	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.938	9.351	-	-	(2.451)	-	11.838

	Controladora				
	Saldo líquido em				Saldo líquido em
	31/12/2020	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2021
Softwares	-	39	-	(3)	36
Conteúdo EAD	-	5.323	-	(421)	4.902
Total	-	5.362	-	(424)	4.938

(a) Em 2021, as adições identificadas nesta coluna são decorrentes da alocação preliminar do preço de compra da combinação de negócios proveniente do IBCMED. Já em 2022, refere-se à finalização do processo de alocação do preço de compra do Grupo Laureate e IBCMED, bem como das combinações de negócios provenientes das aquisições da MedPós e Oresidente.

(b) Transferências realizadas entre empresas que estão sob o controle da Inspirali para empresas que estão sob controle apenas da Ânima Holding S.A. mas que não fazem parte da Inspirali.

	Consolidado							Saldo líquido em 31/12/2022
	Saldo líquido em 31/12/2021	Adições	Baixa	Amortização	Transferência (b)	Combinação de negócio (a)	Efeitos de reorganização societária	
<i>Intangíveis em combinações de negócios</i>								
Ágio	183.912	-	-	-	-	(67.423)	2.562.601	2.679.090
Marcas e patentes	23.005	-	-	(13.984)	-	589	401.900	411.510
Licença	37.611	-	-	-	-	-	1.127.503	1.165.114
Carteira de clientes	8.265	-	-	(141.586)	-	2.019	414.098	282.796
Acordo de não competição	-	-	-	-	-	-	-	-
Material EAD	-	-	-	(1.810)	-	63	2.254	507
Polos EAD	-	-	-	-	-	-	70.997	70.997
Tecnologia	6.618	-	-	(1.690)	-	-	-	4.928
<i>Intangíveis reconhecidos pelo custo</i>								
Softwares	549	10.453	(4)	(9.465)	355	-	19.157	21.045
Desenv. conteúdo EAD	6.154	22.352	(2.027)	(17.226)	188	-	29.990	39.431
Credenciamento MEC	305	1.632	-	(2.031)	28	-	3.490	3.424
Cessão de Uso/Know-How Intangível em desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
	725	1.290	(8)	-	(284)	-	661	2.384
Direitos autorais	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	267.144	35.727	(2.039)	(187.792)	287	(64.751)	4.632.651	4.681.227

	Consolidado						
	Saldo líquido em 31/12/2020	Adições	Baixa	Efeito de reorganização societária	Amortização	Combinação de negócio (a)	Saldo líquido em 31/12/2021
Ágio	19.810	-	-	125.247	-	38.855	183.912
Marcas e patentes	-	-	-	16.060	(235)	7.180	23.005
Licença	-	-	-	37.611	-	-	37.611
Carteira de clientes	-	-	-	4.986	(1.447)	4.726	8.265
Tecnologia	-	-	-	-	(1.831)	8.449	6.618
Softwares	-	181	-	209	(41)	200	549
Desenv. conteúdo EAD	-	6.607	(75)	107	(485)	-	6.154
Credenciamento MEC	-	212	-	134	(41)	-	305
Intangível em desenvolvimento	-	725	-	-	-	-	725
Total	19.810	7.725	(75)	184.354	(4.080)	59.410	267.144

(a) Em 2021, as adições identificadas nesta coluna são decorrentes da alocação preliminar do preço de compra da combinação de negócios proveniente do IBCMED. Já em 2022, refere-se à finalização do processo de alocação do preço de compra do Grupo Laureate e IBCMED, bem como das combinações de negócios provenientes das aquisições da MedPós e Oresidente.

15.1 Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa:

Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo

Consolidado
31/12/2022

	Intangíveis amortizáveis				Intangíveis não amortizáveis				Total Geral
	Carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Material EAD	Tecnologia	Polos EAD	Licença	Ágio	
UAM	108.498	-	142.496	256	-	21.825	423.610	1.048.795	1.745.480
UNIFACS	91.693	-	70.751	157	-	24.138	298.826	577.024	1.062.589
UNP	32.385	-	51.492	93	-	18.034	191.332	242.127	535.463
Unisul	40.591	-	50.946	-	-	7.000	96.896	163.624	359.057
USJT	-	-	32.089	-	-	-	54.600	174.445	261.134
Ages	1.199	-	15.260	-	-	-	37.609	125.247	179.315
Faseh	949	-	-	-	-	-	33.602	117.239	151.790
UniFG	5.344	-	-	-	-	-	19.920	83.471	108.735
SOCIESC	-	-	19.044	-	-	-	3.787	45.103	67.934
IEDUC	-	-	21.943	-	-	-	-	38.114	60.057
IBC MED	2.135	-	7.488	-	-	-	-	37.870	47.493
Jangada	-	-	-	-	-	-	3.191	3.899	7.090
FACED	-	-	-	-	-	-	1.736	2.678	4.414
Medpos	-	-	-	-	-	-	-	4.707	4.707
Oresidente	-	-	-	-	-	-	-	513	513
Medroom	-	-	-	-	4.928	-	-	14.234	19.162
Total	282.794	-	411.509	506	4.928	70.997	1.165.109	2.679.090	4.614.933

15.2 Teste ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGC's, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGC's, não houve a necessidade de reconhecimento de revisão do valor recuperável de tais ativos.

15.2.1 UGC's dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ex-Medicina

Para estimar o valor recuperável das UGC's utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2023, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo.

Adicionalmente, destacamos que utilizamos em nossas projeções, um período superior a cinco anos, por entender que as atividades dessas UGC's requerem um prazo superior para maturação dos investimentos, quando se espera que seja possível atingir o seu potencial em termos de receita e de rentabilidade, sendo a taxa de crescimento nominal da receita líquida, após o quinto ano, é próxima à estimativa de crescimento adotada pela perpetuidade, em linha com a inflação projetada de longo prazo.

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's participantes do PROUNI foram:

Premissas	
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	14,6%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,00%
Crescimento médio da receita ao ano	3,55%
Crescimento médio dos gastos ao ano	1,26%
Carrying amount (valor testado)	5.253.472

As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso das UGC's não participantes do PROUNI foram:

Premissas	
Taxa de desconto ao ano (pre-tax)	12%
Período de projeção	10 anos
Crescimento ao ano na perpetuidade	3,00%
Crescimento médio da receita ao ano	7,21%
Crescimento médio dos gastos ao ano	5,16%
Carrying amount (valor testado)	63.954

16 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures 1ª emissão (a)	69.121	1.974.270	2.043.391	-	-	-
Total	69.121	1.974.270	2.043.391	-	-	-

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures 1ª emissão (a)	69.121	1.974.270	2.043.391	-	-	-
CEF	1.092	-	1.092	-	-	-
Santander	11	11	22	-	-	-
Total	70.224	1.974.281	2.044.505	-	-	-

- (a) Em 31 de março de 2022, a Inspiral finalizou a 1ª emissão de debêntures simples, com série única, no montante de R\$ 2.000.000. O custo relacionado a essa emissão totalizou R\$ 39.256. Estas debêntures têm prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

Análise das cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

A primeira verificação ocorrerá com base no formulário de informações trimestrais de 31 de março de 2023 e as demais verificações serão realizadas em março de cada ano, sempre com base nos últimos 12 (doze) meses.

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Até 31 de março de 2024 (inclusive):	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma (i)	< 3,5
A partir de 31 de março de 2024:	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado Proforma	< 3,0
EBITDA Ajustado Proforma / Despesas financeiras	> 1,3

- (i) "Pro forma" é o efeito de qualquer aquisição, se efetuada a qualquer momento durante os últimos 12 (doze) meses, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia do respectivo período de cálculo, sendo que, nos casos envolvendo novas aquisições da Emissora realizadas após a assinatura desta Escritura de Emissão, o EBITDA Ajustado Pro Forma será calculado com base nas demonstrações financeiras auditadas ou não auditadas disponíveis, incluído, se for o caso, em relatórios gerenciais da controladoria da Emissora elaborados a partir de balanços contábeis das empresas adquiridas.

a) As principais condições e garantias estabelecidas em contrato são como segue:

	Garantias	Consolidado		Data de início	Data de término
		Taxa média de juros (anual)	Indexador		
Debêntures 1ª emissão- Inspirali	Fiança da Brasil Educação e cessão fiduciária da totalidade dos direitos e créditos, relativos à medicina, detidos e a serem detidos pelas empresas controladas pela Inspirali.	2,6%	CDI	31/03/2022	30/03/2027
Capital de giro moeda nacional - CEF	Alienação Fiduciária de Imóveis; Cessão Fiduciária de direitos creditórios de depósitos/aplicação financeira.	6,8%	CDI	23/08/2019	23/10/2023
Outros empréstimos - Santander	Fiança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento / Cessão fiduciária	9,6%	-	27/11/2019	13/11/2024

b) Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022		31/12/2022	
	Valor presente	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal
2024	564.077	777.136	564.088	777.149
2025	564.077	699.102	564.077	699.102
2026	564.077	623.217	564.077	623.217
Após 2026	282.039	540.962	282.039	540.962
Total	<u>1.974.270</u>	<u>2.640.417</u>	<u>1.974.281</u>	<u>2.640.430</u>

c) As movimentações dos saldos no exercício são como segue:

	Controladora					
	31/12/2021	Adição	Juros pagos	Juros incorridos	Custos debêntures	31/12/2022
Debêntures 1ª emissão	-	1.960.420	(153.942)	230.980	5.933	2.043.391
Total	-	<u>1.960.420</u>	<u>(153.942)</u>	<u>230.980</u>	<u>5.933</u>	<u>2.043.391</u>

	Consolidado							
	31/12/2021	Adição	Efeitos de reorganização societária	Amortizações	Juros pagos	Juros incorridos	Custos Debêntures	31/12/2022
Debêntures 1ª emissão	-	1.960.420	-	-	(153.942)	230.980	5.933	2.043.391
CEF	-	-	2.403	(1.591)	(40)	320	-	1.092
Santander	-	-	32	(10)	(3)	3	-	22
Total	-	<u>1.960.420</u>	<u>2.435</u>	<u>(1.601)</u>	<u>(153.985)</u>	<u>231.303</u>	<u>5.933</u>	<u>2.044.505</u>

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E SALÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários	815	205	32.775	387
Férias a pagar	1.122	341	65.322	1.072
INSS	455	122	20.449	408
FGTS	135	45	7.513	140
Outros (a)	-	-	945	186
Total	<u>2.527</u>	<u>713</u>	<u>127.004</u>	<u>2.193</u>

(a) Composto principalmente por empréstimo consignado e contribuição social a recolher.

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRRF (a)	916	214	18.423	593
ISS	58	-	12.559	309
INSS	-	-	3.153	-
PIS e COFINS	951	22	3.656	784
IRPJ / CSLL	-	-	1.398	-
Outros (b)	213	-	920	17
Total	<u>2.138</u>	<u>236</u>	<u>40.109</u>	<u>1.703</u>

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

(b) Refere-se principalmente a IPTU e IOF a recolher.

19 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos de alunos (a)	67.459	2.267
Faturamento antecipado de clientes (b)	23.827	316
Projetos de pesquisa	572	-
Total	<u>91.858</u>	<u>2.583</u>
Passivo Circulante	85.996	2.583
Passivo Não Circulante	5.862	-

(a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Pravaler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Pravaler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Pravaler S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Pravaler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Pravaler faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço.

(b) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados.

PARCELAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
PROIES (a)	34.954	-
RFB (b)	10.503	-
RFB PERT LEI 13.496 (b)	10.420	-
ISSQN (c)	1.287	-
PGFN (b)	4.625	-
FGTS (d)	764	-
PRT IV (b)	1.450	-
Outros parcelamentos (b)	2.614	-
Total	66.617	-
Passivo circulante	13.374	-
Passivo não circulante	53.243	-

A responsabilidade é do acionista preferencialista.

(a) PROIES: Refere-se ao parcelamento proveniente da aquisição da manutenção da Unisul pela controlada Sociesc relativo à adesão ao PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012. Este programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. O valor acima representa a parte assumida pela controlada Sociesc, referente à quitação dos 10% do saldo da dívida em espécie. A dívida negociada consiste em débitos previdenciários consolidados em 05/06/2016, parcelados em 180 parcelas, com início das amortizações em 07/2017, conforme termo de adesão deferido pela PGFN. Os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas foram regulamentados pela PORTARIA NORMATIVA Nº 26, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012, alterada pela Portaria Normativa MEC nº. 9, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União – DOU, de 20 de maio de 2013.

(b) Federais: Refere-se a parcelamentos da adquirida UniFG relativos, em sua maior parte, a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como PIS e Cofins sobre o faturamento. A Instituição mantém o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como outros parcelamentos ordinários e simplificados.

(c) Municipais: Refere-se a parcelamentos de ISS da UniFG junto à Prefeitura de Guanambi, relativos a imposto devido sobre o faturamento dos anos de 2014 a 2020.

(d) FGTS: Refere-se a parcelamentos de FGTS da controlada IEDUC junto à Caixa Econômica Federal.

Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos parcelamentos de impostos e contribuições classificados no passivo não circulante:

Cronograma de pagamentos	
31/12/2022	
2024	1.213
2025	12.090
2026	7.780
2027	6.398
Após 2027	25.762
Total	53.243

TÍTULOS E OBRIGAÇÕES EM AQUISIÇÕES

	Índice de Correção	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Earn outs					
Aquisição da Medroom	INPC	6.563	6.511	6.563	6.511
Aquisição da MedPós	INPC	-	-	2.250	-
Aquisição da Ages	-	-	-	9.891	9.731
Aquisição UniFG	INPC	-	-	24.340	-
Aquisição Laureate	-	-	-	19.500	-
Aquisição do IBCMED	-	38.652	40.493	38.652	40.493
		<u>45.215</u>	<u>47.004</u>	<u>101.196</u>	<u>56.735</u>
Parcelamentos					
Aquisição do Medroom	INPC	2.065	2.304	2.065	2.304
Aquisição Manutenção da Faced (d)	IPCA	-	-	732	-
Aquisição UniFG	INPC	-	-	1.140	-
Aquisição Sociesc (d)	INPC	-	-	34.556	-
Bolsas Proies a conceder (a) (d)	Selic	-	-	80.458	-
Aquisição da MedPós	-	-	-	350	-
Aquisição da Sobepe	-	-	168.248	-	168.248
Aquisição da VC Network	-	40.475	-	40.475	-
Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP) (b) (d)	Selic 100%	-	-	632	-
		<u>42.540</u>	<u>170.552</u>	<u>160.408</u>	<u>170.552</u>
Opção de compra					
Passivo de resgate de opção IBCMED (c)	-	88.720	78.747	88.720	78.747
		<u>88.720</u>	<u>78.747</u>	<u>88.720</u>	<u>78.747</u>
Total		<u>176.475</u>	<u>296.303</u>	<u>350.324</u>	<u>306.034</u>
Passivo circulante		49.892	200.803	105.656	200.803
Passivo não circulante		126.583	95.500	244.668	105.231

(a) O PROIES – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012, consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido – o valor devido está reconhecido na linha de “Parcelamentos de impostos e contribuições”, parte do passivo. O saldo apresentado como parte dos “Títulos e obrigações em aquisições” se refere ao valor de bolsas a serem ofertadas no programa assumidos pela controlada Sociesc para que os vendedores da Unisul possam quitar o parcelamento Proies. O valor das bolsas a ofertar foi mensurado a valor justo.

(b) Refere-se a valores a pagar aos antigos proprietários de empresas adquiridas pela Laureate.

(c) Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED. O contrato prevê a opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra serão mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como “títulos e obrigações em aquisições” em contrapartida ao patrimônio líquido, conforme determina o CPC 36 (R3) / IFRS 10.

(d) Todas as obrigações que não possuem ligação com curso de medicina, devem ser consideradas como obrigações única e exclusivamente da acionista preferencialista, conforme acordo firmado entre os acionistas.

Seguem, abaixo, quadros com a movimentação dos títulos e obrigações em aquisições e com o cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	296.303	7.182	306.034	7.182
Combinação de negócio	-	-	2.600	-
Reorganização societária	40.476	-	222.159	8.475
Adição	(5.679)	287.156	(5.609)	287.156
Ajuste a valor presente	4.588	987	11.730	2.243
Correção Monetária	590	1.644	6.318	1.644
Pagamento	(169.657)	(666)	(225.244)	(666)
Baixa Earn out	(119)	-	(119)	-
Ajuste de avaliação patrimonial passivo de Resgate de opção IBCMED	9.973	-	9.973	-
Bolsa Concedida	-	-	(22.189)	-
Compensação Proies	-	-	(250)	-
Valor justo - Proies	-	-	16.851	-
Juros Proies	-	-	28.070	-
Saldo Final	176.475	296.303	350.324	306.034

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
2022		200.803		200.803
2023	49.892	14.569	105.656	24.300
2024	58.713	29.473	116.650	29.473
2025	36.012	50.495	33.911	50.495
Após 2025	31.858	963	94.107	963
Total	176.475	296.303	350.324	306.034

22 DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

22.1 Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização

	Provisão para riscos	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisões trabalhistas	98.567	48
Provisões tributárias	268.618	-
Provisões cíveis	115.021	-
	482.206	48
(-) Depósitos judiciais	(115.393)	(623)
	366.813	(575)
(-) Ativos de indenização (a)	(132.559)	-
Total	234.254	(575)

(a) Refere-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor (nota explicativa 11).

22.2 Movimentação

A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

	31/12/2021	Efeitos de reorganização societária	Adições / Reversão	Adição INSS (d)	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	Compensação depósitos judiciais	Contingências vendedores	31/12/2022
Trabalhistas (a)	48	107.066	(575)	10.412	(12.134)	518	1.037	(5.651)	(2.154)	98.567
Tributárias (b)	-	271.089	(7.351)	-	-	2.177	(921)	(28)	3.652	268.618
Cíveis (c)	-	140.363	(5.849)	-	(19.905)	2.228	(116)	(5.813)	4.113	115.021
Total	48	518.518	(13.775)	10.412	(32.039)	4.923	-	(11.492)	5.611	482.206

- (a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas,

referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações.

- (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no exercício estão listadas abaixo:

SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para esses processos como parte da aquisição da SOCIESC no valor de R\$ 49.100, em dezembro de 2022 e dezembro de 2021.

UAM: a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos vendedores. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 84.459, em dezembro de 2022 e dezembro 2021.

UNP: a UNP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda Nacional. Caso a UNP perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UNP. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos vendedores. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 26.543, em dezembro de 2022 (e R\$32.317 em dezembro de 2021).

- (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual UAM, APEC e UNIMONTE faziam parte. Em 31 de dezembro de 2022, a provisão total para essa causa é de R\$ 80.181 (R\$ 75.425 em 31 de dezembro de 2021). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da UAM e da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança e indenizações, dentre outras.
- (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal".

22.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

	Consolidado 31/12/2022
Trabalhistas	44.353
Tributários (a)	109.101
Cíveis (b)	68.271
Total	<u>221.725</u>

(a) Causas de cunho tributário que se referem, principalmente a execuções fiscais para cobrança de débitos de ISS decorrente de descontos relacionados às bolsas de ensino oriundas do PROUNI.

(b) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJovem vinculado à SOCIESC

Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perda possível estimada. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra alguma Companhia e suas controladas, a responsabilidade é dos antigos proprietários das empresas adquiridas nos termos de cada contrato de compra.

22.4 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

	Depósitos judiciais	
	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	39.367	558
Tributários	47.465	-
Cíveis	28.561	65
Total	115.393	623

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

	31/12/2021	Efeitos de reorganização societária	Adições	Resgate	Compensação provisão	Atualização/reversão	Reclassificação	31/12/2022
Trabalhistas	558	36.434	12.430	(6.484)	(5.661)	464	1.626	39.367
Tributários	-	44.348	6	-	(34)	2.996	149	47.465
Cíveis	65	30.883	13.515	(8.861)	(5.797)	531	(1.775)	28.561
Total	623	111.665	25.951	(15.345)	(11.492)	3.991	-	115.393

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 3º de janeiro de 2022, foi deliberado, em assembleia geral extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 255.049.059 (duzentas e cinquenta e cinco milhões, quarenta mil e cinquenta e nove) novas ações ordinárias, sem valor nominal. Desta forma, o capital social passa a ser de R\$266.930.

Em 31º de março de 2022, foi deliberado, em assembleia geral extraordinária, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 88.976.695 (oitenta e oito milhões, novecentas e setenta e seis mil, seiscentas e noventa e cinco) novas ações ordinárias, sem valor nominal. Desta forma, o capital social passa a ser de R\$355.907.

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é composto por 355.906.780 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$355.906.780, cuja composição é como segue:

	Ações Ordinárias	
	31/12/2022	31/12/2021
Ações ordinárias- Ânima	266.930.085	11.890.026
Ações ordinárias- DNA Capital (i)	88.976.695	-
Total geral de ações	355.906.780	11.890.026

- i) Ações adquiridas pela DNA Capital em 31 de março de 2022, referente a 25% a participação do capital social da Inspirali, conforme acordo de investimento celebrado nessa data (nota explicativa 2.4).

b) Reservas de capital

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de capital é de R\$ 945.259 (R\$ 24.774 em 31 de dezembro de 2021). Em 2022, a

movimentação refere-se principalmente a adiantamento para ágio na emissão de ações.

c) Reserva de lucros

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de lucro é de R\$ 345.387, sendo que, deste saldo, (a) R\$ 148.742 refere-se a dividendos propostos adicionais; e (b) R\$ 196.645 refere-se a reserva de lucros, conforme proposta de orçamento de capital aprovada pela administração da Companhia em junho de 2023 e posteriormente ratificada em sede de assembleia geral.

d) Dividendos propostos adicionais

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo de dividendos propostos adicionais é de R\$ 148.742. (nota explicativa 34.b)

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 23 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED Serviços de Educação S.A.. O contrato prevê a opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra foram mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do IBCMED do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como "títulos e obrigações em aquisições" em contrapartida ao patrimônio líquido.

f) Distribuição de dividendos

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	474.696
Absorção de prejuízo acumulado	(14.180)
Reserva legal (a)	-
Base de cálculo dos dividendos	<u>460.516</u>
Dividendos mínimo propostos (25%)	<u><u>115.129</u></u>
IBCMED - Ajuste Patrimonial	575
VC Network minoritário 2021 (b)	25.084
IBCMED minoritário 2021 (b)	1.341
VC Network dividendos mínimos obrigatórios 2022	183
UNIFG dividendos mínimos obrigatórios 2022	654
IBCMED dividendos mínimos obrigatórios 2022	772
Distribuição de dividendos	<u><u>143.738</u></u>

(a) Não foi considerado a reserva legal, pois a reserva de capital excede em 30% o capital social conforme lei 6.404/76 (lei das S/A)

(b) Refere-se a reserva de lucros de 2021, e foram distribuídos em 2022.

Os saldos de dividendos a pagar estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ânima Holding	86.347	-	86.347	-
DNA Capital	28.782	-	28.782	-
Sobepe (a)	-	-	17.407	17.407
VC Network (a)	-	-	183	-
UniFG (a)	-	-	654	-
IBCMED (a)	-	-	772	-
Total	115.129	-	134.145	17.407

(a) Distribuição de dividendos dos minoritários.

24 PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	5.235	-
Participação de acionistas não controladores da VC Network (a)	1.902.772	-
Participação de acionistas não controladores da Faseh (b)	15.370	-
Participação de acionistas não controladores da UniFG (b)	13.857	-
Participação de acionistas não controladores do IBCMED (c)	(1.263)	5.504
Resultado do exercício atribuível a participação de acionistas não controladores	15.803	(269)
Saldo final	1.951.774	5.235

(a) Valor referente à participação da Ânima Holding na VC Network.

(b) Valor referente à alocação final do valor justo em combinação de negócios.

(c) Participação de acionistas não controladores da Inspirali referente ao valor estimado a ser pago para adquirir a totalidade da participação no IBCMED até o final de 2026. O valor justo das opções de venda foi contabilizado como "títulos e obrigações em aquisições" (para maiores detalhes, vide Nota 21).

25 RECEITA LÍQUIDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de produtos e serviços	1.722	-	5.201.225	26.109
Receita FIES	-	-	228.039	4.883
Descontos em mensalidades	-	-	(2.435.221)	(10.118)
Impostos sobre faturamento	(211)	-	(103.412)	(787)
Comissões (a)	-	-	(77.774)	(743)
Ajuste a valor presente	-	-	10.686	(21)
Receita líquida	1.511	-	2.823.543	19.323
Reconhecimento de receita				
Reconhecida ao longo do tempo	1.511	-	2.817.173	19.294
Reconhecida no momento da prestação	-	-	6.370	29
	1.511	-	2.823.543	19.323

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Pravalor e pagas aos Polos EAD.

Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Gratuidade PROUNI	(418.663)	(1.179)
Bolsas e descontos concedidos	(1.758.205)	(6.529)
Convênios com empresas	(53.113)	(195)
Devoluções, abatimentos e outros	(205.240)	(2.215)
Total	(2.435.221)	(10.118)

26 RECEITAS E (DESPESAS) POR NATUREZA

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Gastos com pessoal		(19.966)	(3.786)	(1.123.444)	(14.490)
Gastos com aluguel e ocupação (a)		(1)	-	(78.706)	(718)
Gastos com serviços de terceiros		(12.855)	(1.034)	(261.456)	(4.258)
Propaganda e publicidade		(1.193)	(140)	(177.464)	(1.641)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	7	-	-	(92.566)	(1.211)
Despesas com depreciação	13	(7)	-	(90.904)	(765)
Despesas com amortização	12 e 15	(2.451)	(424)	(187.792)	(4.080)
Despesas com amortização direito de uso	14	-	-	(172.374)	(293)
Manutenção		(408)	(16)	(57.473)	(629)
Deslocamentos		(715)	(115)	(21.938)	(245)
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	22	-	-	(8.164)	(33)
Impostos e taxas		(36)	(63)	(9.902)	(115)
Outras receitas (despesas) líquidas		(1.335)	(91)	(139.775)	(1.641)
Total		(38.967)	(5.669)	(2.421.958)	(30.119)
Classificadas como:					
Custo dos produtos e serviços		(1.723)	(153)	(1.186.403)	(9.164)
Despesas comerciais		(1.193)	(140)	(177.460)	(1.641)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		-	-	(92.565)	(1.211)
Despesas gerais e administrativas		(35.749)	(5.219)	(947.672)	(17.269)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(302)	(157)	(17.858)	(834)
Total		(38.967)	(5.669)	(2.421.958)	(30.119)

a) Referem-se, principalmente, às despesas com aluguéis com os contratos que não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 14.

27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

	Consolidado			31/12/2022
	Graduação Medicina	Pós-Graduação Medicina	Ex-Medicina	
RECEITA LÍQUIDA	1.058.369	26.452	1.738.722	2.823.543
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(310.893)	(4.112)	(871.398)	(1.186.403)
LUCRO BRUTO	747.476	22.340	867.324	1.637.140
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Comerciais	(13.716)	(57)	(163.687)	(177.460)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	(17.780)	-	(74.785)	(92.565)
Gerais e administrativas	(221.765)	(17.738)	(708.169)	(947.672)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(16.494)	(510)	(854)	(17.858)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	477.721	4.035	(80.171)	401.585
Receitas financeiras	75.307	709	52.960	128.976
Despesas financeiras	(283.281)	(123)	(189.428)	(472.832)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	269.747	4.621	(216.639)	57.729
IR/CS corrente	(744)	(3.229)	(572)	(4.545)
IR/CS diferido	220.852	1.668	214.795	437.315
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	489.855	3.060	(2.416)	490.499

Em 2021, não houve movimentação relevante, pois a reorganização societária ocorreu no exercício de 2022.

28 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:					
Receita com aplicações financeiras		62.159	-	96.375	494
Receita com juros de mensalidades		-	-	15.611	-
Desconto obtido com arrendamento	14	-	-	2.412	-
Desconto obtido		4	-	3.266	-
Impostos e outras receitas		(2.203)	-	11.312	35
Total		59.960	-	128.976	529
Despesas financeiras:					
Despesa financeira de arrendamento	14	-	-	(141.608)	(696)
Despesa de juros com empréstimos		(236.912)	-	(242.848)	-
Juros de financiamento Pravalor		-	-	(31.774)	-
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos		(5.178)	(2.631)	(18.048)	(3.887)
Outras despesas		(513)	(5)	(38.554)	(175)
Total		(242.603)	(2.636)	(472.832)	(4.758)
Resultado financeiro		(182.643)	(2.636)	(343.856)	(4.229)

29 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

	Controladora												
	31/12/2022						31/12/2021						
	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado			
Contas a receber	Mútuos	Dividendos a receber	Fornecedores	Mútuos	Receitas	Contas a receber	Mútuos	Dividendos a receber	Títulos e obrigações em aquisições (a)	Fornecedores	Mútuos	Receitas	
Ânima Holding	1.040	-	-	135	-	-	45	-	2.073	168.248	35	-	-
VC Network	-	17.463	608.097	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	12.675	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.040	17.463	620.772	135	-	-	45	-	2.073	168.248	35	-	-

(a) Valor referente à cessão de ações da Sobepe pela Ânima Holding à Inspirali pelo seu valor patrimonial de R\$ 168.248 em 2 de agosto de 2021. Valor foi quitado em 31 de março de 2022.

	Consolidado												
	31/12/2022						31/12/2021						
	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado			
Contas a receber	Mútuos	Dividendos a receber	Fornecedores	Mútuos	Receitas	Contas a receber	Mútuos	Dividendos a receber	Títulos e obrigações em aquisições	Fornecedores	Mútuos	Receitas	
Ânima Holding	28.622	-	-	110.840	-	-	48	-	-	168.248	1.371	-	-
Ages	-	-	-	-	-	-	11.655	200	-	-	12.472	-	-
Brasil Educacao	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unimonte	3.185	-	-	1.491	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FACEB	6.020	-	-	5.879	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Politécnico	-	-	-	347	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Catalana	1.033	-	-	281	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vidam	2.895	-	-	367	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNICURITIBA	3.731	-	-	155	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escola.I.StaCatarina	261	-	-	168	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede	2.381	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ASPEC (FPB)	8.338	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FADERGS	3.518	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IBMR	5.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SOCEC (FG)	3.594	-	-	2.007	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIRITTER	10.604	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	47	-	77	76	-	-	-	-	-	-	3	-
Total	79.695	47	-	121.629	76	-	11.703	200	-	168.248	13.843	3	-

Não há incidência de juros sobre a transações entre as empresas do Grupo, as quais são substancialmente de curto prazo.

Os saldos de contas a receber e a pagar, refere-se aos rateios de custos entre as empresas do grupo.

29.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	2.479	428	3.603	428

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1 Gerenciamento de riscos financeiros:

No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- (a) Risco de liquidez – é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2022:				
Fornecedores	154.370	-	-	154.370
Empréstimos, financiamentos e debêntures	318.356	1.476.251	1.164.179	2.958.786
Títulos e obrigações em aquisição	111.432	132.673	103.479	347.584
Arrendamentos a pagar	253.493	503.102	1.281.196	2.037.791
Em 31 de dezembro de 2021:				
Fornecedores	10.548	-	-	10.548
Contas a pagar com partes relacionadas	13.843	-	-	13.843
Títulos e obrigações em aquisição	200.803	53.773	51.458	306.034
Arrendamentos a pagar	230	592	12.728	13.550

- (b) Risco de crédito – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

(i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno

negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com o objetivo de mitigar os possíveis efeitos da pandemia, a Companhia negociou uma flexibilização na modalidade de financiamento dos alunos junto ao Pravalor.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as contas a receber encerraram com uma elevação em seu saldo ocasionada por um conjunto de fatores, como: o crescimento da receita orgânica; as novas aquisições realizadas no exercício; e os efeitos da pandemia da Covid-19; e o contexto macroeconômico do País sobre a capacidade de pagamento dos estudantes. A Companhia e suas controladas implementaram medidas na busca de reduzir o nível de valores vencidos e acreditam que tais medidas poderão reverter os valores vencidos aos patamares historicamente observados. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado.

- (ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o *rating* da agência Fitch Rating (nota explicativa 30.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	155.811	8	215.453	4.682
Aplicações financeiras	6	515.040	-	769.179	14.426
Contas a receber	7	1.616	-	644.439	14.250
Contas a receber com partes relacionadas	29	1.040	45	79.695	11.703
Adiantamentos diversos		430	68	44.614	1.025
Créditos com partes relacionadas	29	17.463	-	47	200
Total		691.400	121	1.753.427	46.286

- (c) Risco de mercado – É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio.

- (i) Risco de juros - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros.

A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, e cotas de

fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 31.

30.2 Gestão de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira.

A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.043.391	-	2.044.505	-
Caixa e equivalentes de caixa	6	(155.811)	(8)	(215.453)	(4.682)
Aplicações financeiras	6	(515.040)	-	(769.179)	(14.426)
Dívida líquida		<u>1.372.540</u>	<u>(8)</u>	<u>1.059.873</u>	<u>(19.108)</u>
Patrimônio líquido	24	1.557.258	(56.263)	3.509.032	(51.028)
Dívida total		2.929.798	(56.271)	4.568.905	(70.136)
Índice de alavancagem financeira		<u>47%</u>	<u>0%</u>	<u>23%</u>	<u>27%</u>

30.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas:

(a) Valor justo versus valor contábil

Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação.

Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 16), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado.

A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2022, foi de 14,11%.

	Nota explicativa	Controladora	
		31/12/2022	
		Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.077.038	2.043.391
Títulos e obrigações em aquisições	21	176.475	176.475
Total		2.253.513	2.219.866

	Nota explicativa	Consolidado			
		31/12/2022		31/12/2021	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Passivos financeiros líquidos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	2.078.152	2.044.505	-	-
Arrendamentos a pagar	14	1.158.898	1.158.898	13.550	13.550
Títulos e obrigações em aquisições	21	350.324	350.324	316.034	306.034
Total		3.587.374	3.553.727	329.584	319.584

(b) Hierarquia do Valor Justo

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar.

30.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contrapartes sem classificação externa de crédito	1.616	-	644.439	25.953
	<u>1.616</u>	<u>-</u>	<u>644.439</u>	<u>25.953</u>
Caixas e Bancos				
Caixa	-	-	122	5
Bancos				
BBB+ (a)	-	-	-	-
AAA (a)	7	8	11.341	1.980
AA (a)-	-	-	12.934	1.433
A- (a)	-	-	1.538	17
	<u>7</u>	<u>8</u>	<u>25.935</u>	<u>3.435</u>
Aplicações financeiras - Investimento				
AAA (a)	357.023	-	634.353	14.763
AA (a)	158.017	-	168.378	910
A- (a)	155.804	-	155.966	-
	<u>670.844</u>	<u>-</u>	<u>958.697</u>	<u>15.673</u>

(a) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco *Fitch Ratings*.

O saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

31 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI – 13,65% (divulgada pela CETIP), INPC – 5,93%, IPCA – 5,78%, IGPM – 5,62% (divulgados pelo IBGE)), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Controladora						
31/12/2022						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras e Equivalentes de caixa	CDI	Alta do CDI	(670.851)	(91.571)	(114.464)	(137.357)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	2.043.391	278.923	348.654	418.384
Títulos e obrigações de aquisições	INPC	Alta do INPC	8.628	512	384	256
Exposição líquida - perda			<u>1.381.168</u>	<u>187.864</u>	<u>234.574</u>	<u>281.283</u>

Consolidado						
31/12/2022						
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado			
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)	
Aplicações financeiras e Equivalentes de caixa	CDI	Alta do CDI	(958.693)	(130.862)	(163.577)	(196.292)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI	2.044.505	279.075	348.844	418.612
Títulos e obrigações de aquisições	INPC	Alta do INPC	32.968	1.955	1.466	978
Títulos e obrigações de aquisições	IPCA	Alta do IPCA	732	42	32	21
Títulos e obrigações de aquisições	Selic	Alta da Selic	81.090	908	681	454
Exposição líquida - perda			<u>1.200.602</u>	<u>151.118</u>	<u>187.446</u>	<u>223.773</u>

Nesta nota, é usado somente as obrigações com indexador.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de “alta dos indexadores”, pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e títulos a pagar.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

32 COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

33 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

33.1 Transações que não afetam caixa

Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa:

- (a) Em 03 de janeiro de 2022, a Ânima aumentou capital na Inspirali com 5,96% das ações da VC Network correspondente ao montante de R\$ 255.040;
- (b) Compensamos o montante de R\$ 3.353 das contas de depósito judicial e provisões, reduzindo ambos os saldos sem afetar o caixa.

34 EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Decisão do Superior Tribunal Federal ("STF") sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF decidiu, por unanimidade, que decisões definitivas com trânsito em julgado que afastem o recolhimento de tributos recolhidos de forma continuada poderão ser revogadas caso o STF, posteriormente, em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade ou Recurso Extraordinário com Repercussão Geral, conclua pela constitucionalidade da exigência tributária prevista em tais decisões.

A Companhia avaliou o tema julgado nesta decisão que abrange Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e informa que recolhe regularmente a contribuição, observando a legislação tributária e os benefícios fiscais aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia avaliou outros tributos, provisões e passivos contingentes que possam ser impactados pela decisão do STF, não identificando efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 em função da referida decisão.

- b) Dividendos propostos

Em 21/03/2023, o Conselho de administração recomendou a distribuição dos dividendos adicionais da Inspirali Educação S.A., ratificando a proposta da Administração no valor de R\$ 148.742. Dessa forma, somando os valores dos dividendos adicionais com os dividendos obrigatórios no valor de R\$ 115.129, foi proposta uma distribuição total de R\$ 263.871 referente ao exercício encerrado em 31/12/2022, que será ratificado conforme assembleia de acionistas da Inspirali a ser realizada em 28/04/2023.

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM 80**

TIAGO GARCIA MORAES, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 26.551.426-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro da Pessoa Física do Ministério da Fazenda ("CPF") sob o nº 295.478.838-01, com endereço comercial na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Mario Werneck, 1.685, Bloco R6, sala 117, CEP 30455-610, na qualidade de Diretor Financeiro da **INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Professor Mario Werneck, 1.685, Bloco R6, sala 117, CEP 30455-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 35.822.503/0001-27 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: **(a)** reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia; e **(b)** reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras reemitidas individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Belo Horizonte, 7 de julho de 2023.


Tiago Garcia Moraes

Tiago Garcia Moraes

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 8003673ECDB946BBAFAA5715129F7E6C	Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: Declaração dos Diretores (DFs 31.12.2023 Reemitidas) - 01 - Inspirali ...	
Cliente - Caso: 1/661	
Envelope fonte:	
Documentar páginas: 1	Assinaturas: 1
Certificar páginas: 4	Rubrica: 0
Assinatura guiada: Ativado	Remetente do envelope:
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado	Giuliana Pescarolli Spadoni
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília	RUA JOAQUIM FLORIANO, 1052 – 15º ANDAR
	Itaim Bibi
	São Paulo, SP 04534-004
	gspadoni@machadomeyer.com.br
	Endereço IP: 191.183.38.157

Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Giuliana Pescarolli Spadoni	Local: DocuSign
07/07/2023 14:35:42	gspadoni@machadomeyer.com.br	

Eventos do signatário

Tiago Garcia Moraes
 tiago.garcia@inspirali.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional), Certificado Digital

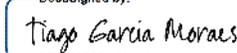
Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC Instituto Fenacon RFB G3

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 07/07/2023 14:45:42
 ID: 5341b663-f962-4ccb-8c34-76f66623a492

Assinatura

DocuSigned by:

 B7D7036CBA4A444...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 189.96.235.120

Registro de hora e data

Enviado: 07/07/2023 14:37:02
 Visualizado: 07/07/2023 14:45:42
 Assinado: 07/07/2023 14:47:05

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	07/07/2023 14:37:02
Entrega certificada	Segurança verificada	07/07/2023 14:45:42
Assinatura concluída	Segurança verificada	07/07/2023 14:47:05
Concluído	Segurança verificada	07/07/2023 14:47:08
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: rvictalino@machadomeyer.com.br

To advise MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at rvictalino@machadomeyer.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to rvictalino@machadomeyer.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to rvictalino@machadomeyer.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS during the course of your relationship with MACHADO MEYER SENDACZ E OPICE ADVOGADOS.

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, Compliance, Recursos Humanos e Tributário da **INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.**, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise da reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“Auditor Independente”), e, considerando as informações prestadas e documentos disponibilizados pela administração da Companhia e pelo Auditor Independente, opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os referidos documentos refletem, de forma adequada, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação da reemissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria do Auditor Independente pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Belo Horizonte, 3 de julho de 2023.

DocuSigned by:

Eduardo Camposana Gouveia

6863250E62694B6

Eduardo Camposana Gouveia

Coordenador

DocuSigned by:

Luiz Felipe Duarte Martins Costa

32A5E8DB3D75418

Luiz Felipe Duarte Martins Costa

DocuSigned by:

Guillermo Oscar Braunbeck

37E06D2013B6407...

Guillermo Oscar Braunbeck

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 5EF46A438C7A4659A179C32FC7D77237

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: Ata de Reunião do COAUD - Parecer Reemissão DFs 31.12.2022 - 01 - Inspi...

Matricula:

Envelope fonte:

Documentar páginas: 3

Assinaturas: 6

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

Lester Marcantonio Camargo

Assinatura guiada: Ativado

R NATINGUI

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

SAO PAULO, 05.443-001

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

lester.camargo@animaeducacao.com.br

Endereço IP: 138.117.194.213

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Lester Marcantonio Camargo

Local: DocuSign

07/07/2023 10:36:19

lester.camargo@animaeducacao.com.br

Eventos do signatário

Eduardo Camposana Gouveia

ecampoanagouveia@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 Eduardo Camposana Gouveia
 6863250F62694B6...

Registro de hora e data

Enviado: 07/07/2023 10:42:03

Visualizado: 07/07/2023 16:36:54

Assinado: 07/07/2023 16:37:41

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 177.169.38.75

Assinado com o uso do celular

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 21/10/2022 14:41:13

ID: 44aa3f53-f35a-4bc3-b05c-282f3ea861bd

Guillermo Oscar Braunbeck

braunbeck@usp.br

Diretor Financeiro

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 37E08D2013B8467...

Enviado: 07/07/2023 10:42:03

Visualizado: 07/07/2023 10:44:30

Assinado: 07/07/2023 16:10:28

Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada

Usando endereço IP: 189.100.13.122

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 27/10/2022 14:40:56

ID: a12548f2-026a-4a83-9f0f-27ff09fbc452

Luiz Felipe Duarte Martins Costa

lfcosta@dnacapital.com

Diretor

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

 32A5F8DB3D75418...

Enviado: 07/07/2023 10:42:04

Visualizado: 07/07/2023 11:20:31

Assinado: 07/07/2023 11:20:40

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo

Usando endereço IP: 187.75.42.14

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 07/07/2023 11:20:31

ID: f723fe42-5a0a-4047-bf0b-df639236e308

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data**

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
---------------------------------	--------	-------------------------

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
------------------	--------	-------------------------

Lester Marcantonio Camargo	Copiado	Enviado: 07/07/2023 10:42:04
----------------------------	----------------	------------------------------

lester.camargo@animaeducacao.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 10/08/2021 23:13:21

ID: f2bf55e0-78df-44b0-89f9-7388dd7b6a0b

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
-------------------------------	--------	----------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	07/07/2023 10:42:04
------------------	------------------------	---------------------

Entrega certificada	Segurança verificada	07/07/2023 11:20:31
---------------------	----------------------	---------------------

Assinatura concluída	Segurança verificada	07/07/2023 11:20:40
----------------------	----------------------	---------------------

Concluído	Segurança verificada	07/07/2023 16:37:41
-----------	----------------------	---------------------

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico
--

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Anima Holding S.A (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Anima Holding S.A:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: lucas.moura@animaeducacao.com.br

To advise Anima Holding S.A of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at lucas.moura@animaeducacao.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Anima Holding S.A

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to lucas.moura@animaeducacao.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Anima Holding S.A

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to lucas.moura@animaeducacao.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Anima Holding S.A as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by Anima Holding S.A during the course of your relationship with Anima Holding S.A.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA FINS DE
RETENÇÃO DE PARCELA DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(nos termos do artigo 27, parágrafo 1º, inciso IV da Resolução da CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada)

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 196.644.545,30, a serem destinados à reserva de lucros.

Aplicações: Investimento em (i) aquisições, (ii) expansão de novas unidades, (iii) tecnologia, (iv) conteúdos e (v) capital de giro.

Belo Horizonte, 3 de julho de 2023

Administração da Inspirali Educação S.A.